

MANIFESTO COMUNISTA

Karl Marx e Friedrich Engels

Instituto 
José Luís e Rosa
Sundermann

2003

**PUBLICADO PELO INSTITUTO
JOSÉ LUIS E ROSA SUNDERMANN**

PEDIDOS
(11) 5539.1049

institutojoseluiserosa@ig.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PREFÁCIOS AO MANIFESTO COMUNISTA	7
MANIFESTO COMUNISTA	25
I. BURGUESES E PROLETÁRIOS	26
II. PROLETÁRIOS E COMUNISTAS	38
III. LITERATURA SOCIALISTA E COMUNISTA	47
1. O SOCIALISMO REACIONÁRIO	47
a) O socialismo feudal	47
b) O socialismo pequeno-burguês	49
c) O socialismo alemão ou o “verdadeiro” socialismo ...	50
2. O SOCIALISMO CONSERVADOR OU BURGUÊS	53
3. O SOCIALISMO E O COMUNISMO CRÍTICO-UTÓPICOS	54
IV. A POSIÇÃO DOS COMUNISTAS EM RELAÇÃO AOS VÁRIOS PARTIDOS DE OPOSIÇÃO	57
POSFÁCIO	
90 ANOS DO MANIFESTO COMUNISTA (<i>Leon Trotsky</i>)	59

APRESENTAÇÃO

Dentro do esforço para manter viva a tradição marxista, o *Instituto José Luis e Rosa Sundermann* tem o orgulho de colocar a disposição da nova geração de militantes socialistas a série *Cadernos Marxistas*.

Iniciamos a publicação dos *Cadernos* com o *Manifesto Comunista*. As apresentações feitas por Marx e Engels para as inúmeras edições do *Manifesto*, bem como o texto de Trotsky, “*Os 90 anos do Manifesto Comunista*” permitem ao leitor localizar a importância histórica e política deste texto para a luta internacional do proletariado.

É dispensável, de nossa parte, discorrer sobre a importância deste documento histórico para a formação de várias gerações de lutadores pelo socialismo. Mas, o fato de iniciarmos a publicação da série com o *Manifesto Comunista* não está somente relacionado à sua importância histórica. Devido à sua atualidade política, o texto segue sendo uma arma fundamental para as novas gerações que se incorporam à luta revolucionária.

Ao longo da história do movimento operário não foram poucos os partidos que se reivindicavam da classe trabalhadora, e que quando passaram a administrar o Estado burguês, tentaram convencer a todos os explorados que a luta entre as classes deveria ser substituída pela colaboração entre as classes em prol do “bem comum”.

Neste aspecto, a Frente Popular encabeçada por Lula não inova absolutamente nada, ao tentar convencer os trabalhadores brasileiros de abrir mão de suas reivindicações imediatas e históricas, em troca de uma “colaboração” entre a “raposa” e a “galinha”.

No entanto, o *Manifesto*, ao afirmar que a “*a história das sociedades até os nossos dias, não foi senão, a história da luta de classes*”, sobreviveu a todos os charlatões e a todas as frentes populares, que tentaram fazer com que o proletariado abrisse mão de sua luta histórica pelo socialismo, em nome da “paz” entre as classes. E só o que conseguiram foi aprofundar a exploração e a infortúnio do proletariado.

O triunfo teórico do *Manifesto*, como afirma Trotsky, é uma verdade profundamente prática que assistimos todos os dias em nossa vida: a atualidade da luta pelo socialismo.

OS EDITORES

PREFÁCIOS AO MANIFESTO COMUNISTA

PREFÁCIO À EDIÇÃO ALEMÃ DE 1872

A LIGA COMUNISTA, associação internacional de operários que, nas condições atuais, só poderia ser secreta, incumbiu os abaixo-assinados, por ocasião do Congresso realizado em Londres, em novembro de 1847, de escrever para fins de publicação um programa detalhado, teórico e prático do partido. Foi esta a origem do seguinte *Manifesto*, cujo manuscrito foi enviado a Londres, sendo impresso poucas semanas antes da Revolução de Fevereiro. Primeiramente publicado em alemão, teve pelo menos umas doze edições diferentes nessa língua, na Alemanha, Inglaterra e América do Norte. Foi publicado em inglês pela primeira vez, em 1850, no *Red Republican*, em tradução da Srta. Helen MacFarlane, e teve em 1871 pelo menos três traduções diferentes na América do Norte. A versão francesa apareceu pela primeira vez em Paris pouco antes da insurreição de junho de 1848 e, recentemente, no *Le Socialiste* de Nova York. Há atualmente, uma nova tradução em preparo. Uma versão polonesa apareceu em Londres pouco após a sua primeira edição alemã. Uma tradução russa foi publicada em Genebra na década da 60. Também em dinamarquês apareceu pouco depois de sua primeira publicação.

Por mais que tenham mudado as condições nos últimos vinte e cinco anos, os princípios gerais expressados nesse *Manifesto* conservam, em geral, toda a sua exatidão. Em algumas partes certos detalhes devem ser melhorados. Segundo o próprio *Manifesto*, a aplicação prática dos princípios dependerá, em todos os lugares e em todas as épocas, das condições históricas vigentes e por isso não se deve atribuir importância demasiada às medidas revolucionárias propostas no final da seção II. Hoje em dia, esse trecho seria redigido de maneira diferente em alguns aspectos. Em certos pormenores, esse programa está antiquado, levando-se em conta o desenvolvimento colossal da indústria moderna desde 1848, os progressos correspondentes da organização da classe operária e a experiência prática adquirida, primeiramente, na Revolução de Fevereiro e, mais ainda, na Comuna de Paris, onde coube ao proletariado,

pela primeira vez, a posse do poder político, durante quase dois meses. A Comuna de Paris demonstrou especialmente que “não basta que a classe trabalhadora se apodere da máquina estatal para fazê-la servir a seus próprios fins” (ver *A Guerra Civil na França; Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional de Trabalhadores*, de 1871, onde essa idéia é mais desenvolvida). Além do mais, é evidente que a crítica da literatura socialista mostra-se deficiente em relação ao presente, porque se detém em 1847; as observações sobre as relações dos comunistas com diferentes partidos de oposição (seção IV), embora em princípio corretas, na prática estão desatualizadas, pois a situação política modificou-se totalmente e o desenvolvimento histórico fez desaparecer a maior parte dos partidos aí enumerados.

Porém, o *Manifesto* tornou-se um documento histórico que nos cabe mais alterar. Uma edição futura talvez apareça com uma introdução que preencha a lacuna entre 1847 e os nossos dias; a atual edição foi inesperada demais para que tivéssemos tempo de fazê-lo.

Karl Marx e Friedrich Engels

Londres, 24 de junho de 1872.

PREFÁCIO À EDIÇÃO RUSSA DE 1882

A PRIMEIRA EDIÇÃO RUSSA do *Manifesto do Partido Comunista*, tradução de Bakunin, foi publicada em princípios da década de 1860. Então, o Ocidente via nessa edição uma simples curiosidade literária. Hoje em dia tal idéia seria impossível.

O campo limitado do movimento proletário daquela época (dezembro de 1847) está expresso na última parte: a posição dos comunistas em relação aos vários partidos de oposição nos diferentes países. A Rússia e os Estados Unidos, precisamente, não foram mencionados. Era a época em que a Rússia se constituía na última grande reserva da reação européia e em que os Estados Unidos absorviam o excesso das forças proletárias da Europa, que para lá emigravam. Ambos os países proviam a Europa de matérias-primas, sendo ao mesmo tempo mercado para a venda de seus produtos industriais. De uma maneira ou de outra, eram, portanto, sustentáculos do sistema vigente na Europa.

Que diferença hoje! Justamente a imigração europeia foi que possibilitou à América do Norte a produção agrícola em proporções gigantescas, cuja concorrência está abalando os alicerces da propriedade rural europeia — a grande e a pequena. Ao mesmo tempo, deu aos Estados Unidos a oportunidade de explorar seus imensos recursos industriais, com tal energia e em tais proporções que, dentro em breve, arruinarão o monopólio industrial da Europa ocidental, especialmente o da Inglaterra. Essas duas circunstâncias repercutem de maneira revolucionária na própria América do Norte. Pouco a pouco, a pequena e a média propriedade rural, a base do regime político em sua totalidade, está sucumbindo diante da competição das fazendas gigantescas; ao mesmo tempo, formam-se, pela primeira vez, nas regiões industriais, uma massa proletária e uma concentração fabulosa de capitais.

E na Rússia? Durante a revolução de 1848-49, os príncipes e a burguesia europeus viam na intervenção russa a única maneira de escapar do proletariado que despertava. O czar foi proclamado o chefe da reação europeia. Hoje ele é, em Gatchina, o prisioneiro de guerra da revolução e a Rússia forma a vanguarda da ação revolucionária na Europa.

O *Manifesto Comunista* tinha como objetivo a proclamação do desaparecimento próximo e inevitável da moderna propriedade burguesa. Mas na Rússia vemos que, ao lado do florescimento acelerado da velhacaria capitalista e da propriedade burguesa, que começa a desenvolver-se, mais da metade das terras é possuída em comum pelos camponeses. O problema agora é: poderia a *obshchina* russa, apesar de muito deteriorada, ainda uma forma primitiva da propriedade comum da terra transformar-se diretamente na propriedade comunista? Ou, ao contrário, deveria primeiramente passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui a evolução histórica do Ocidente?

Hoje em dia, a única resposta possível é a seguinte: se a Revolução Russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia servirá de ponto de partida para a evolução comunista.

Karl Marx e Friedrich Engels

Londres, 21 de janeiro de 1882

PREFÁCIO À EDIÇÃO ALEMÃ DE 1883

INFELIZMENTE, DEVO ASSINAR SOZINHO o prefácio à presente edição. Marx, o homem a quem toda a classe trabalhadora da Europa e da América deve mais serviços do que a qualquer outro, jaz agora no cemitério de Highgate, e sobre seu túmulo já reverdece a primeira relva. Depois de sua morte, não se pode mais pensar em rever ou complementar o *Manifesto*.

Por isso, considero ainda mais necessário lembrar expressamente o seguinte: o pensamento do *Manifesto*, isto é, que, em toda época histórica, a produção econômica e a estrutura da sociedade, necessariamente dela decorrente, constituem a base da história política e intelectual dessa época; que conseqüentemente (desde a dissolução do regime primitivo da propriedade comunal da terra) toda a história tem sido a história da luta de classes, da luta entre explorados e exploradores, entre as classes dominadas e as dominantes nos vários estágios da evolução social; que essa luta, porém, atingiu um ponto em que a classe oprimida e explorada (o proletariado) não pode mais libertar-se da classe que explora e oprime (a burguesia) sem que, ao mesmo tempo, liberte para sempre toda sociedade da exploração, da opressão e da luta de classes — este pensamento fundamental pertence única e exclusivamente a Marx*.

Já afirmei isso diversas vezes, mas exatamente agora é preciso que se torne bem claro no frontispício do *Manifesto*.

Friedrich Engels

Londres, 28 de junho de 1883.

* Escrevi no prefácio da tradução inglesa: “Pouco a pouco, vários anos antes de 1845, fomos elaborando essa idéia que, em minha opinião, será para a história o que foi para a Biologia a teoria de Darwin. O meu livro, *A situação da classe operária na Inglaterra*, revela até onde fui nessa direção. Mas, quando reencontrei Marx, em Bruxelas, na primavera de 1845, ele já a elaborava completamente, expondo-a diante de mim mais ou menos tão claramente quanto o fiz aqui.”

PREFÁCIO À EDIÇÃO INGLESA DE 1888

O MANIFESTO FOI PUBLICADO como a plataforma da Liga Comunista, associação de operários, no princípio exclusivamente alemã, mais tarde internacional, que, nas condições políticas do continente, antes de 1848, era, necessariamente, uma sociedade secreta. No Congresso da Liga, realizado em novembro de 1847, Marx e Engels foram incumbidos de escrever para fins de publicação um programa completo, teórico e prático do partido. Redigido em alemão, em janeiro de 1848, o manuscrito foi enviado ao editor de Londres, poucas semanas antes da revolução francesa de 24 de fevereiro. Uma tradução francesa apareceu em Paris pouco antes da insurreição de junho de 1848. A primeira tradução inglesa, de Miss Helen MacFarlane, foi publicada em Londres no *Red Republican* de George Julian Harney, em 1850. Também foi publicado em dinamarquês e polonês.

A derrota da insurreição parisiense de junho de 1848 — a primeira grande batalha entre o proletariado e a burguesia — colocou novamente em um segundo plano as aspirações sociais e políticas do operariado europeu. A partir de então, a luta pela supremacia era, como o fora antes da Revolução de Fevereiro, simplesmente entre as diferentes camadas da classe proprietária; a classe operária reduziu-se uma luta por posições políticas, assumindo posições da ala extremada dos radicais de classe média. Onde quer que o movimento proletário independente manifestasse sinais de vida, era logo impiedosamente esmagado. A polícia prussiana descobriu o Conselho Central da Liga Comunista, então localizado em Colônia. Seus membros foram presos e, dezoito meses mais tarde, foram julgados, em outubro de 1852. O conhecido “Julgamento dos Comunistas de Colônia” estendeu-se de 4 de outubro a 12 de novembro; sete dos prisioneiros foram condenados à prisão numa fortaleza, variando a pena de três a seis anos. Imediatamente após a sentença, a Liga foi formalmente dissolvida por seus membros restantes. Quanto ao *Manifesto*, parecia, então, estar relegado ao esquecimento.

Quando o operariado europeu recobrou forças suficientes para um novo ataque às classes dirigentes, surgiu a Associação Internacional dos Trabalhadores. Mas essa associação formada expressamente para unir em uma só organização todo o proletariado militante da Europa e da América, não podia proclamar de saída os princípios

defendidos pelo *Manifesto*. A Internacional devia ter um programa suficientemente amplo para ser aceito pelos sindicatos ingleses, pelos adeptos de Proudhon na França, Bélgica, Itália e Espanha, e pelos lassallianos¹, na Alemanha. Marx, que redigiu esse programa que satisfizesse todos os partidos, confiou inteiramente no desenvolvimento intelectual da classe trabalhadora resultante da comunidade de ação e da discussão mútua. Os acontecimentos e as vicissitudes da luta contra o capital e as derrotas maiores que as vitórias, poderiam apenas tornar os homens conscientes da insuficiência de suas panacéias favoritas, abrindo caminho para uma compreensão completa das verdadeiras condições da libertação da classe trabalhadora. E Marx tinha razão. Por ocasião da dissolução da Internacional, em 1874, os trabalhadores eram homens bem diferentes daqueles de 1864. O proudhonismo na França, o lassallismo na Alemanha, estavam desaparecendo e até mesmo os sindicatos ingleses conservadores, cuja maioria se havia desligado da Internacional, se aproximavam, pouco a pouco, daquilo que seu presidente, no ano passado, em Swansea, dizia: “O socialismo continental não nos aterroriza mais.” De fato, os princípios do *Manifesto* obtiveram uma grande repercussão entre os proletários de todos os países.

Assim, o *Manifesto* propriamente dito tomou novamente a dianteira. Desde 1850, o texto alemão fora editado várias vezes na Suíça, na Inglaterra e na América do Norte. Em 1872 foi traduzido para o inglês, em Nova York, sendo publicado no *Woodhull and Claflin's Weekly*. Da versão inglesa foi feita a francesa, que surgiu no *Le Socialiste* de Nova York. Desde então publicaram-se mais duas traduções inglesas na América, mais ou menos incompletas, e uma delas foi editada na Inglaterra. A primeira tradução russa, de autoria de Bakunin, foi publicada na gráfica Kolokol, de Herzen, em Genebra, por volta de 1863; a segunda, pela heróica Vera Zasulich, também foi publicada em Genebra, em 1882. Encontra-se uma edição dinamarquesa no *Socialdemokratisk Bibliothek*, de 1885, em Copenhague e uma francesa no *Le socialiste*, de 1886, em Paris. Dessa última publicou-se uma versão espanhola, em 1886, em Madri. Perdeu-se a conta das edições alemãs; houve pelo menos doze delas. Eu soube que uma

1. Lassalle pessoalmente também se considerava discípulo de Marx e, como tal, estava de acordo com o *Manifesto*. Mas em sua agitação pública de 1862-64 não foi além de requerer oficinas cooperativas sustentadas pelo crédito estatal. (Nota de F. Engels.)

tradução armênia, que deveria ser publicada em Constantinopla há alguns anos atrás, não se verificou porque o editor teve medo de publicar um livro que levasse o nome de Marx e o tradutor recusou divulgá-la como obra sua. Já ouvi falar de outras traduções em outras línguas, embora não as tenha visto. Portanto, a história do *Manifesto* reflete, em grande parte, a história do movimento operário moderno; atualmente é, sem dúvida, a obra de maior circulação, a mais internacional de toda a literatura socialista, o programa comum adotado por milhões de trabalhadores, da Sibéria à Califórnia.

No entanto, quando foi escrito não podíamos chamá-lo de *manifesto socialista*. Em 1847, entendia-se por socialistas, de um lado, os adeptos dos vários sistemas utópicos: os owenistas na Inglaterra, os fourieristas na França, ambos já reduzidos a simples seitas agonizantes; e, de outro, os vários curandeiros sociais, que, por meio de todos os truques, pretendiam eliminar os problemas sociais, sem constituir perigo para o capital ou o lucro. Em ambos os casos, eram homens que não pertenciam ao movimento dos trabalhadores, preferindo o apoio das classes “cultivadas”. O setor da classe trabalhadora que se convencera da insuficiência das revoluções meramente políticas e que reclamava uma mudança social global se denominou comunista. Era um comunismo ainda grosseiro, mal esboçado e instintivo, mas tocou no ponto crucial da questão e foi bastante poderoso junto à classe trabalhadora para dar origem ao comunismo utópico de Cabet, na França, e o de Weitling, na Alemanha. Assim, em 1847, o socialismo era um movimento de classe média, e o comunismo, um movimento operário. Ao menos no continente, o socialismo era bem considerado, enquanto o comunismo era o oposto. Ao menos no continente, o socialismo era bem considerado, enquanto o comunismo era o oposto. Nossa idéia, desde o princípio, era que “a emancipação dos trabalhadores deve ser obra da própria classe trabalhadora”, e, por isso, não houve dúvida sobre que nome escolher. Além disso, desde então, nunca pensamos em repudiá-lo.

Sendo o *Manifesto* nossa obra comum, cabe-me declarar que a sua proposição fundamental pertence a Marx. Essa proposição é que, em toda época histórica, a produção econômica, o sistema de trocas e a estrutura da sociedade, necessariamente dela decorrente, constituem a base e a explicação da história política e intelectual dessa época; que conseqüentemente (desde a dissolução do regime primitivo de propriedade comum da terra) toda a história da humanidade tem sido a história da luta de

classes, conflitos entre explorados e exploradores, entre as classes dominadas e as dominantes; que a história dessas lutas de classes se constitui de uma série de etapas, atingindo hoje um ponto em que a classe oprimida e explorada – o proletariado – não pode mais libertar-se da classe que a explora e oprime – a burguesia – sem que, ao mesmo tempo, liberte, de uma vez por todas, toda a sociedade da exploração, da opressão, do sistema de classes e da luta entre elas.

Pouco a pouco, vários anos antes de 1845, fomos elaborando essa idéia que, em minha opinião, será para a História o que foi para a Biologia a teoria de Darwin. O meu livro *A situação da classe operária na Inglaterra*² revela até onde fui nessa direção. Mas, quando reencontrei Marx, em Bruxelas, na primavera de 1845, ele já a elaborara tão claramente quanto o fiz aqui.

Eis um trecho do nosso prefácio comum à edição alemã de 1872:

“Por mais que tenham mudado as condições nos últimos vinte e cinco anos, os princípios gerais expressados neste *Manifesto* conservam, em seu conjunto, toda a sua exatidão. Em algumas partes, certos detalhes devem ser alterados. Segundo o próprio *Manifesto*, a aplicação prática dos princípios dependerá, em todos os lugares e em todas as épocas, das condições históricas vigentes e por isso não se deve atribuir importância demasiada às medidas revolucionárias propostas no final da seção II. Hoje em dia, esse trecho seria redigido de maneira diferente em alguns aspectos. Em certos pormenores, esse programa está antiquado, levando-se em conta o desenvolvimento colossal da indústria moderna desde 1848, os progressos correspondentes da organização da classe trabalhadora e a experiência prática adquirida, primeiramente, na Revolução de Fevereiro e, mais ainda, na Comuna de Paris, onde coube ao proletariado, pela primeira vez, a posse do poder político, durante dois meses. A Comuna de Paris demonstrou, especialmente, que “não basta à classe operária apoderar-se da máquina estatal para fazê-la servir a seus próprios fins” (ver *A guerra civil na França; Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores*, de 1871, onde essa idéia é mais desenvolvida). Além do mais, é evidente que a

2. Edição inglesa, *The condition of the working class in 1844*, Frederick Engels. Tradução de Florence K. Wischnewtzky, George Allen & Unwin Ltd.

crítica da literatura socialista se mostra deficiente, em relação ao presente, porque se detém em 1847; as observações sobre as relações dos comunistas com diferentes partidos de oposição (seção IV), embora em princípio corretas, na prática estão desatualizadas, pois a situação política modificou-se totalmente e o desenvolvimento histórico fez desaparecer a maior parte dos partidos aí enumerados.

Porém, o *Manifesto* tornou-se um documento histórico que não nos cabe mais alterar”.

A presente tradução é de Samuel Moore, o tradutor da maior parte de *O Capital*, de Marx. Fizemos a revisão juntos, e acrescentei algumas notas com explicações históricas.

Friedrich Engels

Londres, 30 de janeiro de 1888.

PREFÁCIO À EDIÇÃO ALEMÃ DE 1890

APÓS O QUE FOI ESCRITO ACIMA, além da necessidade de uma nova edição alemã, surgiram vários fatos que merecem ser lembrados aqui.

Uma segunda tradução russa – por Vera Zasulich – apareceu em Genebra em 1882; seu prefácio foi escrito por Marx e por mim. Infelizmente, perdeu-se o manuscrito alemão original; portanto tenho que traduzir do russo, o que de maneira alguma é favorável ao texto, que diz:

“A primeira edição alemã do *Manifesto do Partido Comunista*, traduzida por Bakunin, foi publicada no princípio da década de 1860 na tipografia do *Kolokol*. Naquela época, a edição russa do *Manifesto* tinha para o Ocidente, no máximo, o significado de uma curiosidade literária. Hoje em dia tal idéia não é mais possível. O campo limitado da influência do movimento operário na época da primeira publicação do *Manifesto* (janeiro de 1848) encontra sua melhor expressão na última parte: “A posição dos comunistas em relação aos vários partidos da oposição”. A Rússia e os Estados Unidos, principalmente, não foram mencionados. Era a época em que a Rússia se constituía na última grande reserva da reação européia e em que a emigração para os Estados Unidos absorvia os excessos das forças proletárias da Europa como matérias-primas, servindo ao mesmo tempo de mercados para a venda de seus produtos industriais. De uma maneira ou de outra, eram, portanto, sustentáculos da ordem social da Europa.

“Como tudo mudou! Justamente a emigração européia possibilitou o desenvolvimento em grandes proporções da agricultura da América do Norte, cuja concorrência está abalando os alicerces da grande e da pequena propriedade territorial da Europa. Ao mesmo tempo, deu aos Estados Unidos a oportunidade de iniciar a exploração de seus abundantes recursos industriais, com tal energia e em tais proporções que dentro em breve deverá acabar com o monopólio industrial da Europa ocidental. Por sua vez, essas duas circunstâncias afetam a América num sentido revolucionário. Cada vez mais a pequena e a média propriedade rural de fazendeiros independentes, à base do sistema político da América, está sucumbindo à concorrência de fazendas gigantes, enquanto, simultaneamente, um numeroso proletariado surge, pela primeira vez, nas regiões industriais ao lado de uma concentração fabulosa de capitais.

“Consideremos agora a Rússia. Na época da revolução de 1848-49, os monarcas e a burguesia da Europa encaravam a intervenção russa como a única maneira de escapar do proletariado, que então, pela primeira vez, tomava consciência de sua própria força. O czar foi aclamado o líder da reação européia. Hoje, ele é, em Gatchina, o prisioneiro de guerra da revolução, e a Rússia forma a vanguarda do movimento revolucionário na Europa.

“O objetivo do Manifesto Comunista era proclamar a queda iminente e inevitável da atual propriedade burguesa. Mas na Rússia vemos que, lado a lado com o crescimento febril do sistema capitalista e a propriedade burguesa da terra que começa a se delinear, mais da metade das terras é possuída em comum pelos camponeses.

“O problema agora é: poderia a comunidade rural russa, a forma primitiva da propriedade comum da terra, já em desintegração, passar diretamente à forma comunista de propriedade rural, ou deveria passar pelo mesmo processo de dissolução que constatamos na evolução histórica do Ocidente?

“Hoje a única resposta possível a essa pergunta é a seguinte: se a revolução russa tornar-se o sinal para a revolução operária no Ocidente, de modo que cada uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para a evolução comunista.

“Londres, 21 de janeiro de 1882.”

Mais ou menos na mesma época surgiu em Genebra uma nova versão polonesa: *Manifest Kommunistyczny*.

Mais tarde, apareceu uma nova tradução dinamarquesa no *Socialdemokratisk Bibliothek* de Copenhague, em 1885. Infelizmente, não está completa; algumas passagens essenciais que, ao que parece, estavam dando muito trabalho ao tradutor, foram omitidas e há também alguns sinais de descuido, os quais se tornam desagradavelmente evidentes, uma vez que a tradução em geral sugere que, caso o tradutor se tivesse esforçado um pouco mais, teria feito um excelente trabalho.

Apareceu uma nova versão francesa em 1886 no *Le Socialiste* de Paris; aliás, é a melhor edição até agora.

Uma versão espanhola dessa última foi publicada, no mesmo ano, no *El Socialista* de Madri, aparecendo depois sob forma de opúsculo: *Manifiesto del Partido Comunista*, por Carlos Marx y Federico Engels, Madri, Administracion de El Socialista, Hernan Cortes 8.

Como curiosidade, posso acrescentar que o manuscrito de uma tradução armênia foi apresentado a um editor em Constantinopla. Mas o bom homem não teve coragem de publicar algo que levasse o nome de Marx, sugerindo que o tradutor pusesse seu próprio nome como autor da obra, o que ele recusou.

Depois que duas das pouco exatas traduções americanas foram repetidamente editadas na Inglaterra, uma versão autêntica apareceu, finalmente, em 1888, graças a meu amigo Samuel Moore; nós a repassamos juntos antes de enviá-la à editora. É intitulada: *Manifiesto of the Communist Party*, de Karl Marx e Frederick Engels, 1888, Londres, William Reeves, 185, Fleet Street, E. C. Acrescentei algumas notas dessa edição à atual.

O *Manifiesto* tem sua própria história. Saudado com entusiasmo por ocasião de seu aparecimento pela vanguarda pouco numerosa do socialismo científico (como o provam as traduções mencionadas no primeiro prefácio), foi logo colocado num segundo plano pela reação que se seguiu à derrota dos operários em Paris, em junho de 1848, e proscrito “pela lei”, com a condenação dos comunistas de Colônia, em novembro de 1852. Com o desaparecimento do cenário público do movimento operário, que começara com a Revolução de Fevereiro, também o *Manifiesto* saiu da cena política.

Quando os operários europeus reuniram forças suficientes para um novo assalto ao poder das classes dirigentes, surgiu a Associação Internacional dos Trabalhadores. Seu objetivo era englobar, num único poderoso exército, todo o operariado militante da Europa e da América. Portanto, não poderia partir dos princípios expressos no Manifesto. Devia ter um programa que não fechasse as portas aos sindicatos ingleses, aos proudhonistas franceses, belgas, italianos e espanhóis ou aos lassallianos alemães. Este programa – as considerações básicas da Internacional – foi redigido por Marx, com maestria reconhecida até por Bakunin e pelos anarquistas. Para o triunfo decisivo das idéias formuladas pelo Manifesto, Marx dependia unicamente do desenvolvimento intelectual da classe operária, o qual deveria resultar da comunidade da ação e da discussão. Os acontecimentos e vicissitudes da luta contra o capital, as derrotas maiores que as vitórias, poderiam apenas mostrar aos combatentes a insuficiência de todas as panacéias em que acreditavam, fazendo-os compreender melhor as verdadeiras condições da emancipação da classe operária. E Marx tinha razão. A classe trabalhadora de 1874, por ocasião da dissolução da Internacional, era, em geral, diferente da de 1864, em sua fundação. O proudhonismo dos países latinos e o lassallismo propriamente dito na Alemanha estavam desaparecendo e, até mesmo os sindicatos ingleses, então ultraconservadores, se aproximaram pouco a pouco daquilo que, em 1887, o presidente do seu Congresso de Swansea dizia: “O socialismo continental não mais os aterroriza”. Mas, por essa época, o socialismo continental confundia-se, quase que exclusivamente, com a teoria formulada no Manifesto. Portanto, até um certo ponto, a história do Manifesto reflete a história do movimento operário moderno a partir de 1848. Atualmente, é, sem dúvida, a obra de maior circulação, a mais internacional de toda a literatura socialista, o programa comum de milhões de proletários de todos os países, da Sibéria à Califórnia.

No entanto, quando surgiu não poderíamos chamá-lo um manifesto socialista. Em 1847, consideravam-se socialistas dois tipos diversos de pessoas. De um lado, havia os adeptos dos vários sistemas utópicos, principalmente os owenistas, na Inglaterra, e os fourieristas, na França, ambos já reduzidos a simples seitas agonizantes. De outro, os vários gêneros de curandeiros sociais, que queriam eliminar, por meio de suas várias panacéias e com todas as espécies de cataplasma, as misérias sociais, sem tocar no capital e no lucro. Nos dois casos, eram pessoas que não pertenciam ao movimento dos

trabalhadores, preferindo apoiar-se nas “classes cultivadas”. No entanto, o setor da classe trabalhadora que exigia uma reconstrução radical da sociedade, convencido de que revoluções meramente políticas eram insuficientes, denominava-se comunista. Trabalhava-se ainda de um comunismo mal esboçado, instintivo e, por vezes, grosseiro. Mas era bastante poderoso para dar origem a dois sistemas de comunismo utópico – na França, a “Icária”, de Cabet e, na Alemanha, o de Weitling. Em 1847 o socialismo significava um movimento burguês, e o comunismo, um movimento da classe trabalhadora. Ao menos no continente, o socialismo era muito bem considerado, enquanto o comunismo era o oposto. E como, desde então, éramos decididamente da opinião de que “a emancipação dos trabalhadores deve ser obra da própria classe trabalhadora”, não podíamos hesitar entre os dois nomes a escolher. Posteriormente, nunca pensamos em modificá-la.

“Proletários de todos os países, uni-vos!” Somente algumas vozes responderam quando lançamos essas palavras ao mundo, há quarenta e dois anos, à véspera da primeira revolução de Paris, na qual o proletariado colocou as suas reivindicações. Em 28 de setembro de 1864, entretanto, os proletários da maior parte dos países da Europa ocidental reuniram-se na Associação Internacional dos Trabalhadores, de gloriosa memória. É verdade que a Internacional em si só viveu nove anos. Mas não há testemunho melhor do que o dia de hoje de que a eterna união dos proletários de todos os países, por ela criada, existe ainda e está mais poderosa do que nunca. Hoje, quando escrevo essas linhas, o proletariado europeu e o americano passam em revista suas forças de combate, pela primeira vez mobilizados em um único objetivo imediato: a fixação legal da jornada normal de oito horas de trabalho, segundo decisão do Congresso da Internacional, reunido em Genebra em 1866 e do Congresso Operário de Paris em 1889. O espetáculo de hoje mostrará aos capitalistas e proprietários agrícolas de todos os países que, de fato, hoje, os proletários de todos os países estão unidos.

Se ao menos Marx estivesse a meu lado para ver isso com seus próprios olhos!

Friedrich Engels

Londres, 1º de maio de 1890.

PREFÁCIO À EDIÇÃO POLONESA DE 1892

O FATO DE SE TER TORNADO necessária uma nova edição polonesa do *Manifesto Comunista* dá ensejo a várias considerações.

Primeiro, é digno de nota que o *Manifesto*, nos últimos tempos, se tenha, em certa medida, tornado um barômetro do desenvolvimento da grande indústria no continente europeu. Na medida em que se expande num país a grande indústria, cresce também entre os operários desse país o desejo de esclarecimento sobre a sua posição como classe operária perante as classes possuidoras, alarga-se entre eles o movimento socialista e aumenta a procura do *Manifesto*. De modo que não só a situação do movimento operário, mas também o grau de desenvolvimento da grande indústria, podem ser medidas com bastante exatidão em todos os países pelo número de exemplares do *Manifesto* que circulam no idioma de cada um.

Assim, a nova edição polonesa indica um progresso decidido da indústria local. E que este progresso de fato se verificou, desde a última edição publicada há dez anos, não pode haver dúvidas. A Polônia russa, a Polônia do Congresso [de Viena], tornou-se o grande distrito industrial do Império Russo. ao passo que a grande indústria russa está esporadicamente dispersa — uma parte no golfo da Finlândia, outra parte no centro (Moscou e Vladimir), uma terceira nas costas do Mar Negro e do Mar de Azov, e ainda repartida por outras zonas —, a polonesa está concentrada num espaço relativamente pequeno e desfruta das vantagens e das desvantagens resultantes desta concentração. As vantagens reconheceram-nas os fabricantes russos seus concorrentes, quando reclamaram proteção alfandegária contra a Polônia, apesar do seu ardente desejo de transformar os polacos em russos. As desvantagens — para os fabricantes poloneses e para o governo russo — revelam-se na rápida difusão de idéias socialistas entre os operários poloneses e na crescente procura do *Manifesto*.

Mas o rápido desenvolvimento da indústria polonesa, que deixa para trás a russa, é uma nova prova da vitalidade inesgotável do povo polonês e uma nova garantia da iminência da sua restauração nacional. A restauração de uma Polônia forte e independente, porém, é uma causa que não diz respeito só aos poloneses — diz respeito a todos. Uma colaboração internacional sincera das nações européias só é possível se cada uma des-

sas nações for, em sua casa, perfeitamente autônoma. A revolução de 1848, que, sob o estandarte do proletariado, acabou por apenas deixar que os combatentes proletários fizessem o trabalho da burguesia, também impôs a independência da Itália, da Alemanha e da Hungria por meio dos seus executores testamentários, Luís Bonaparte e Bismarck: mas a Polônia, que desde 1792 fez mais pela revolução do que estas três juntas, deixaram-na entregue a si própria quando, em 1863, sucumbiu ao poderio russo dez vezes superior. A nobreza não pôde manter nem reconquistar a independência da Polônia, para a burguesia esta é, hoje, pelo menos indiferente. E, contudo, é uma necessidade para a cooperação harmoniosa das nações européias. Só o jovem proletariado polonês a pode conquistar, e nas suas mãos ela estará bem guardada. Pois os operários de todo o resto da Europa precisam tanto da independência da Polônia como os próprios operários poloneses.

Friedrich Engels

Londres, 10 de fevereiro de 1892

PREFÁCIO À EDIÇÃO ITALIANA DE 1893

A publicação do *Manifesto do Partido Comunista*, coincidiu, pode-se dizer, com o 18 de Março de 1848, o dia das revoluções de Milão e Berlim, que foram levantamentos armados das duas nações situadas no centro, uma do continente da Europa, a outra do Mediterrâneo; duas nações até então enfraquecidas pela divisão e pela discórdia internas, e que por isso caíram sob o domínio estrangeiro. Se a Itália ficava sujeita ao imperador da Áustria, a Alemanha sofria o jugo, indireto mas não menos efetivo, do czar de todas as Rússias. As conseqüências do 18 de Março de 1848 libertaram tanto a Itália como a Alemanha desta vergonha; se, de 1848 a 1871, estas duas grandes nações foram reconstituídas e de certo modo devolvidas a si próprias, isso deveu-se, como Karl Marx costumava dizer, ao fato de que os homens que abateram a revolução de 1848 foram, malgrado seu, os seus executores testamentários.

Por toda a parte a revolução de então foi obra da classe operária; foi esta que levantou as barricadas e que pagou com a vida. Mas só os operários de Paris tinham a intenção bem definida de, derrubando o governo, derrubar o regime da burguesia. Mas, embora profun-

damente conscientes do antagonismo fatal que existia entre a sua própria classe e a burguesia, nem o progresso econômico do país nem o desenvolvimento intelectual das massas operárias francesas, contudo, tinham atingido ainda o grau que teria tornado possível uma reconstrução social. Em última análise, portanto, os frutos da revolução foram colhidos pela classe capitalista. Nos outros países, na Itália, na Alemanha, na Áustria, os operários, desde o princípio, não fizeram mais do que levar a burguesia ao poder. Mas em qualquer país o domínio da burguesia é impossível sem a independência nacional. Por isso, a revolução de 1848 tinha de arrastar consigo a unidade e a autonomia das nações que até então não as tinham desfrutado: a Itália, a Alemanha, a Hungria. A vez da Polônia chegará em seu tempo.

Assim, se a revolução de 1848 não foi uma revolução socialista, aplanou o caminho, preparou o terreno para ela. Com o impulso dado em todos os países à grande indústria, o regime burguês tem criado por toda a parte, nos últimos 45 anos, um proletariado numeroso, concentrado e forte. Criou assim, segundo a expressão do *Manifesto*, os seus próprios covetores. Sem restituir a cada nação europeia a sua autonomia e unidade, não poderiam consumir-se nem a união internacional do proletariado nem a cooperação pacífica e inteligente destas nações para fins comuns. Imagine-se uma ação internacional conjunta dos operários italianos, húngaros, alemães, poloneses e russos nas condições políticas anteriores a 1848!

As batalhas travadas em 1848 não foram, pois, travadas em vão; os 45 anos que nos separam daquela etapa revolucionária também não passaram em vão. Os frutos amadurecem, e tudo o que eu desejo é que a publicação desta tradução italiana do *Manifesto* seja de tão bom augúrio para a vitória do proletariado italiano como a publicação do original o foi para a revolução internacional.

O *Manifesto Comunista* presta plena justiça à ação revolucionária do capitalismo no passado. A primeira nação capitalista foi a Itália. O fim da Idade Média feudal, o limiar da era capitalista moderna, é assinalado por uma figura colossal: um italiano, Dante, ao mesmo tempo o último poeta da Idade Média e o primeiro poeta dos tempos modernos. Hoje, como em 1300, perfila-se uma nova era histórica. Dar-nos-á a Itália um novo Dante, capaz de assinalar o nascimento dessa nova era, a era proletária?

Friedrich Engels

Londres, 1º de fevereiro de 1893

MANIFESTO COMUNISTA

UM ESPECTRO RONDA A EUROPA — o espectro do comunismo. Todas as potências da velha Europa uniram-se numa Santa Aliança para exorcismá-lo: o papa e o czar, Metternich e Guizot, os radicais franceses e os espões da polícia alemã.

Qual o partido de oposição que não foi acusado de comunista por seus adversários no poder? Qual o partido de oposição que também não lançou contra seus adversários progressistas ou reacionários o estigma do comunismo?

Daí decorrem duas conclusões:

I - O comunismo já é considerado uma força por todas as potências da Europa.

II - Já é tempo dos comunistas publicarem abertamente, diante de todo o mundo, suas idéias, seus fins, suas tendências, opondo à lenda do comunismo um manifesto do próprio partido.

Para isso, comunistas de várias nacionalidades reuniram-se em Londres e redigiram o manifesto seguinte, a ser publicado em inglês, francês, italiano, flamengo e dinamarquês.

I. BURGUESES E PROLETÁRIOS¹

A HISTÓRIA DE TODA SOCIEDADE² existente até hoje tem sido a história das lutas de classes.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação³ e companheiro, numa palavra, o opressor e o oprimido permaneceram em constante oposição um ao outro, levada a efeito numa guerra ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou, cada vez, ou pela reconstituição revolucionária de toda a sociedade ou pela destruição das classes em conflito.

Desde as épocas mais remotas da história, encontramos, em praticamente toda parte, uma complexa divisão da sociedade em classes diferentes, uma gradação múltipla das condições sociais. Na Roma Antiga, temos os patrícios, os guerreiros, os plebeus, os escravos; na Idade Média, os senhores, os vassalos, os mestres, os companheiros, os aprendizes, os servos; e, em quase todas essas classes, outras camadas subordinadas.

A sociedade moderna burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das velhas.

No entanto, a nossa época, a época da burguesia, possui uma característica: simplificou os antagonismos de classes. A sociedade global divide-se cada vez mais em

1. Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado. Por proletariado, a classe de assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviverem. (Nota de F. Engels à edição inglesa de 1888.)

2. Isto é, toda história escrita. A pré-história, a organização social anterior à história escrita, era desconhecida em 1847. Mais tarde, Haxthausen (August von, 1792-1866) descobriu a propriedade comum da terra na Rússia, Maurer (Georg Ludwig von) mostrou ter sido essa a base social da qual as tribos teutônicas derivaram historicamente, pouco a pouco, verificou-se que a comunidade rural era a forma primitiva da sociedade, desde a Índia até a Irlanda. A organização interna dessa sociedade comunista primitiva foi desvendada, em sua forma típica, pela descoberta de Morgan (Lewis Henry, 1818-81) da verdadeira natureza da gens e de sua relação com a tribo. Após a dissolução dessas comunidades primitivas, a sociedade na obra *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats* (A origem da família, da propriedade privada e do Estado), 2ª ed., Stuttgart 1866. (Nota de F. Engels à edição inglesa de 1888.)

3. O mestre de corporação é um membro da guilda, o patrão interno, não um chefe da guilda. (Nota de F. Engels à edição inglesa de 1888.)

dois campos hostis, em duas grandes classes que se defrontam – a burguesia e o proletariado.

Dos servo da Idade Média originaram-se os burgueses privilegiados das cidades antigas. Desses burgueses, surgiram os primeiros elementos da burguesia atual.

A descoberta da América, o contorno do Cabo abriram novo campo para a burguesia emergente. Os mercados da Índia oriental e da China, a colonização da América, o comércio com as colônias, o aumento dos meios de troca e das mercadorias em geral, deram ao comércio, à navegação, à indústria, um impulso jamais conhecido antes e, conseqüentemente, ao elemento revolucionário da sociedade feudal instável, um rápido desenvolvimento.

O sistema feudal da indústria, no qual a produção industrial era monopolizada pelas guildas fechadas, agora não mais atendia às crescentes necessidades dos novos mercados. O sistema manufatureiro tomou o seu lugar. Os mestres das guildas foram postos de lado pela classe média manufatureira; a divisão do trabalho entre as diferentes guildas corporativas desapareceu em face da divisão do trabalho em cada oficina.

Entrementes, os mercados continuaram sempre a crescer, a procura sempre a subir. Mesmo a manufatura não mais atendia ao necessário. Em conseqüência, o vapor e as máquinas revolucionaram a produção industrial. O lugar da manufatura foi ocupado pela gigantesca indústria moderna, o lugar da classe média industrial pelos milionários industriais, os líderes de completos exércitos industriais, a burguesia moderna.

A indústria moderna estabeleceu o mercado mundial, para o qual a descoberta da América preparou terreno. Esse mercado deu um imenso desenvolvimento ao comércio, à navegação e à comunicação por terra. Esse desenvolvimento, por sua vez, reagiu à extensão da indústria; e na proporção que a indústria, o comércio, a navegação e as estradas de ferro se estendiam, na mesma proporção a burguesia se desenvolvia, aumentava seu capital e punha em plano secundário toda classe legada pela Idade Média.

Vemos, portanto, como a própria burguesia moderna é produto de um longo curso de desenvolvimento, de uma série de revoluções nos modos de produção e de troca.

Cada etapa no desenvolvimento da burguesia acompanha-se de um progresso político correspondente. Classe oprimida pela nobreza feudal, associação armada administrando-se a si própria na comuna⁴; aqui república urbana independente (como na Itália e na Alemanha), ali terceiro Estado, tributário da monarquia (como na França); depois, no período manufatureiro, servindo a monarquia semifeudal ou absoluta como contrapeso da nobreza, de fato pedra angular das grandes monarquias em geral — a burguesia, desde o estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, conquistou finalmente a soberania política no Estado representativo moderno. O Governo do Estado moderno é apenas um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia.

Historicamente, a burguesia desempenhou um papel revolucionário.

Onde quer que tenha assumido o poder, a burguesia pôs fim a todas as relações feudais, patriarcais e idílicas. Destruiu impiedosamente os vários laços feudais que ligavam o homem e seus “superiores naturais”, deixando como única forma de relação de homem a homem o laço do frio interesse, o insensível “pagamento à vista”. Afogou os êxtases sagrados do fervor religioso, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas gélidas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca e em nome das numerosas liberdades conquistadas estabeleceu a implacável liberdade de comércio. Em suma, substituiu a exploração, encoberta pelas ilusões religiosas e políticas, pela exploração aberta, única, direta e brutal.

A burguesia despojou de sua auréola toda a ocupação até então considerada honrada e encarada com respeito. Converteu o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem da ciência em trabalhadores assalariados.

4. Os habitantes das cidades da Itália e da França assim chamavam as suas comunidades urbanas, depois de haverem comprado ou conquistado aos senhores feudais seus primeiros direitos a um Governo autônomo. (*Nota de F. Engels à edição alemã de 1890.*)

“Comuna” era o nome que se dava na França às cidades nascentes, mesmo antes de terem conquistado a autonomia local e os direitos políticos de Terceiro Estado. Em geral, a Inglaterra é o exemplo típico do desenvolvimento econômico da burguesia, enquanto a França o de seu desenvolvimento político. (*Nota de F. Engels à edição inglesa de 1888.*)

A burguesia rasgou o véu sentimental da família, reduzindo as relações familiares a meras relações monetárias.

A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os meios de produção e, por conseguinte, as relações de produção e, com elas, todas as relações sociais. Ao contrário, a conservação do antigo modo de produção constituía a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. A revolução contínua da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a eterna agitação e certeza distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Suprimem-se todas as relações fixas, cristalizadas, com seu cortejo de preconceitos e idéias antigas e veneradas; todas as novas relações se tornam antiquadas, antes mesmo de se consolidar. Tudo o que era sólido se evapora no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e por fim o homem é obrigado a encarar com serenidade suas verdadeiras condições de vida e suas relações com a espécie.

A necessidade de um mercado constantemente em expansão impele a burguesia a invadir todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte.

Por meio de sua exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, retirou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas ou estão-se destruindo dia a dia. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida e morte para todas as nações civilizadas, por indústrias que não empregam matérias-primas autóctones, mas matérias-primas vindas das zonas mais remotas; indústrias cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pela produção nacional, encontramos novas necessidades que requerem para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento local e da auto-suficiência das nações, desenvolvem-se, em todas as direções, um intercâmbio e uma interdependência universais. E isso tanto na produção material quanto na intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis e das numerosas literaturas nacionais e locais surge a literatura universal.

Com o rápido aprimoramento de todos os meios de produção, com as imensas facilidades dos meios de comunicação, a burguesia arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização. Os baixos preços de suas mercadorias formam a artilharia pesada com que destrói todas as muralhas da China, com que obriga à capitulação os bárbaros mais hostis aos estrangeiros. Força todas as nações, sob pena de extinção, a adotarem o modo burguês de produção; força-as a adotarem o que ela chama de civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem.

A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou cidades enormes, aumentou tremendamente a população urbana em relação à rural, arrancando assim contingentes consideráveis da população do embrutecimento da vida rural. Assim como subordinou o campo à cidade, os países bárbaros e semibárbaros aos civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente.

A burguesia suprime cada vez mais a dispersão da população, dos meios da produção e da propriedade. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária disso foi a centralização política. Províncias independentes, ligadas apenas por laços federativos, com interesses, leis, Governos e tarifas diferentes, foram reunidas em uma só nação, com um só Governo, um só código de leis, um só interesse internacional de classe, uma só barreira alfandegária.

A burguesia durante seu domínio, apenas secular, criou forças produtivas mais poderosas e colossais do que todas as gerações em conjunto. A subordinação das forças da natureza ao homem, a maquinaria, a aplicação da química na indústria e na agricultura, a navegação a vapor, as vias férreas, os telégrafos elétricos, a exploração de continentes inteiros para fins de cultivo, a canalização de rios, populações inteiras brotadas da terra como por encanto – que século anterior poderia prever que essas forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social?

Vemos então que os meios de produção e de troca sobre cuja base se ergue a burguesia eram originários da sociedade feudal. Numa dada etapa do desenvolvimento dos meios de produção e troca, as condições sob as quais a sociedade feudal

produzia e trocava, a organização feudal da agricultura e da indústria manufatureira, em suma, as relações feudais da propriedade mostraram-se incompatíveis com as forças produtivas em pleno desenvolvimento. Transformaram-se em outros tantos entraves a serem despedaçados; foram despedaçados.

Em seu lugar implantou-se a livre concorrência, com uma constituição social e política própria, com a supremacia econômica e política da classe burguesa.

Ocorre ante os nossos olhos um movimento semelhante. A moderna sociedade burguesa, com suas relações de produção, de troca e de propriedade, sociedade que conjurou gigantescos meios de produção e troca, assemelha-se ao feiticeiro que perdeu o controle dos poderes infernais que pôs em movimento com suas palavras mágicas. Há mais de uma década a história da indústria e do comércio é, simplesmente, a história da revolta das forças produtivas modernas contra as condições modernas de produção, contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio. Basta lembrar as crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a sociedade burguesa. Nessas crises destrói-se uma grande parte dos produtos existentes e das forças produtivas desenvolvidas. Irrompe uma epidemia que, em épocas precedentes, parecia um absurdo – a epidemia da superprodução. Repentinamente, a sociedade vê-se de volta a um estado momentâneo de barbarismo; é como se a fome ou uma guerra universal de devastação houvesse suprimido todos os meios de subsistência; o comércio e a indústria parecem aniquilados. E por quê? Porque há demasiada civilização, demasiados meios de subsistência, demasiada indústria, demasiado comércio. As forças produtivas disponíveis já não mais favorecem as condições da propriedade burguesa; ao contrário, tornaram-se poderosas demais para essas condições que as entravam; e, quando superam esses entraves, desorganizam toda a sociedade, ameaçando a existência da propriedade burguesa. A sociedade burguesa é muito estreita para conter as suas próprias riquezas. E como a burguesia vence essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade das forças produtivas; do outro, pela conquista de novos mercados e pela intensa exploração dos antigos. Portanto, prepara crises mais extensas e mais destrutivas, diminuindo os meios de evitá-las.

As armas com que a burguesia abateu o feudalismo voltam-se agora contra ela mesma.

A burguesia, porém, não forjou apenas as armas que representam sua morte; produziu também os homens que manejarão essas armas – o operariado moderno – os *proletários*.

Na mesma proporção em que a burguesia, ou seja, o capital, se desenvolve, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho, e só encontram trabalho na medida em que este aumenta o capital. Esses trabalhadores que são obrigados a vender-se diariamente, são uma mercadoria, um artigo de comércio, sujeitos, portanto, às vicissitudes da concorrência, às flutuações do mercado.

Devido ao uso intensivo da máquina e à divisão do trabalho, o trabalho proletário perdeu seu caráter individual e, por conseguinte, todo o seu atrativo. O produtor tornou-se um apêndice da máquina, e só requer dele a operação mais simples, mais monótona e mais fácil de aprender. Desse modo, o custo da produção de um operário se reduz, quase completamente, aos meios de subsistência que ele necessita para viver e para perpetuar a raça. Mas o preço de uma mercadoria e portanto o do trabalho, equivale ao seu custo de produção. Logo, à medida que aumenta o caráter enfadonho do trabalho, o salário diminui. Ainda mais, à medida que se desenvolve o maquinismo e a divisão do trabalho, cresce a quantidade de trabalho, seja pela prolongação das horas de labor, seja pelo incremento do trabalho exigido em um certo tempo, seja pela aceleração do movimento das máquinas etc.

A indústria moderna transformou a pequena oficina do antigo mestre de corporação na grande fábrica do capitalista industrial. Massas de operários, aglomerados nas fábricas, são organizados como soldados. Como membros do exército industrial estão subordinados à perfeita hierarquia de oficiais e suboficiais. Não são escravos exclusivos da classe e do Estado burgueses, mas diariamente e a cada hora são escravos da máquina, do contramestre e, sobretudo, do próprio dono da fábrica. Esse despotismo é tanto mais mesquinho, mais odioso e mais exasperador quanto maior é a franqueza com que proclame ter no lucro seu objetivo e seu fim.

O trabalho dos homens é tanto mais suplantado pelo das mulheres quanto menores são a habilidade e a força exigidas pelo trabalho manual, ou, em outras palavras, quanto mais se desenvolve a indústria moderna. As diferenças de idade e de sexo

não tem importância social para a classe operária. Todos são instrumentos de trabalho, cujo preço varia segundo a idade e o sexo.

Depois de sofrer a exploração do fabricante e de receber o seu salário, o trabalhador torna-se presa fácil de outros membros da burguesia, do proprietário, do varejista, do usuário etc.

As camadas inferiores da classe média — os pequenos industriais, pequenos comerciantes e pessoas que possuem rendas, artesãos e camponeses — caem, pouco a pouco, no proletariado, em parte devido ao seu capital diminuto que não está à altura da indústria moderna, sucumbindo na concorrência, em parte porque sua habilidade profissional é desvalorizada pelos novos métodos de produção. Assim, o proletariado é recrutado em todas as classes da população.

O proletariado passa por diferentes estágios de desenvolvimento. A partir de seu nascimento começa a luta com a burguesia. No princípio a luta é assumida por trabalhadores individuais, depois pelos operários de uma mesma fábrica, a seguir pelos operários de um mesmo ramo da indústria, numa dada localidade, contra o burguês que os explora diretamente. Atacam não os condicionamentos burgueses da produção, mas os próprios meios de produção; destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram as máquinas, queimam as fábricas e procuram reconquistar a posição perdida do artesão da Idade Média.

Nessa fase, os trabalhadores constituem ainda uma massa incoerente disseminada por todo o país, dispersa pela concorrência mútua. Se se unem, às vezes, em massas compactas, isso ainda não é o resultado de uma união ativa, mas da união de burgueses que, para alcançar seus objetivos políticos, movimentam todo o proletariado, o que ainda pode fazer provisoriamente. Nessa fase, portanto, os proletários não combatem os seus inimigos, mas os inimigos dos seus inimigos, os restos da monarquia absoluta, os proprietários territoriais, os burgueses não-industriais, a pequena burguesia. Assim, todo o movimento histórico concentra-se nas mãos da burguesia; toda vitória obtida é uma vitória da burguesia.

Com o desenvolvimento industrial, no entanto, o proletariado não cresce unicamente em número; concentra-se em massas cada vez maiores, fortalece-se e toma

consciência disso. Os vários interesses e as condições de existência dos proletários se igualam, à medida que a máquina aniquila todas as distinções de trabalho, reduzindo todos os salários a um único nível igualmente baixo. A concorrência crescente dos burgueses e as conseqüentes crises comerciais tornam os salários ainda mais instáveis. O aprimoramento contínuo e o rápido desenvolvimento das máquinas tornam a condição de vida do trabalhador cada vez mais precária; os conflitos individuais entre o trabalhador e o burguês assumem cada vez mais o caráter de conflito entre suas classes. A partir daí os trabalhadores começam a formar uniões (sindicatos) contra os burgueses; atuam em conjunto na defesa dos salários; fundam associações permanentes que os preparam para esses choques eventuais. Aqui e ali a luta se transforma em motim.

Os trabalhadores triunfam ocasionalmente, mas por pouco tempo. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a reunião cada vez mais ampla dos trabalhadores. Essa união é facilitada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação criados pela indústria moderna, possibilitando o contato dos operários de localidades diferentes. Era esse contato que estava faltando para centralizar as várias lutas locais, todas do mesmo caráter em uma luta de classes de âmbito nacional. E a união que os habitantes das cidades da Idade Média levavam séculos para alcançar, com seus caminhos miseráveis, os modernos proletários realizam em poucos anos, graças as vias férreas.

Essa organização dos proletários em classe e, portanto, em partido político é incessantemente abalada pela competição entre os próprios trabalhadores. Mas sempre se ergue mais forte, mais firme, mais poderosa. Aproveitando-se das divisões interna da própria burguesia, força o reconhecimento legal de certos interesses particulares dos trabalhadores, como a lei da jornada de dez horas de trabalho, na Inglaterra.

Em geral, os choques entre as classes da velha sociedade favorecem de diversas maneiras o desenvolvimento do proletariado. A burguesia vive em guerra perpétua: primeiramente com a aristocracia; mais tarde com os setores da própria burguesia cujos interesses entraram em conflito com os progressos da indústria; em todas as épocas, com a burguesia dos países estrangeiros. Nessas lutas vê-se obrigada a apelar para o proletariado, em busca de auxílio, arrastando-o para a arena

política. A própria burguesia, portanto, fornece ao proletariado os elementos de sua politização, em outras palavras, as armas contra ela própria.

Ademais, como já vimos, setores inteiros das classes dirigentes são, devido ao progresso industrial, lançados no proletariado, ou pelo menos ameaçados em suas condições de existência. Também eles fornecem ao proletariado elementos valiosos de esclarecimento e progresso.

Finalmente, nos períodos em que a luta de classes se aproxima da hora decisiva, o processo de dissolução da classe dominante e, de fato, de toda a velha sociedade, adquire um caráter tão violento que uma certa parte dessa classe se desliga, juntando-se à classe revolucionária, aquela que tem o futuro em suas mãos. Portanto, assim como outrora uma parte da nobreza juntou-se à burguesia, hoje uma parte desta passa-se para o proletariado, principalmente o setor dos ideólogos burgueses que chegaram a compreender teoricamente o movimento histórico em geral.

De todas as classes que hoje se defrontam com a burguesia, apenas o proletariado é uma classe realmente revolucionária. As outras classes decaem e por fim desaparecem com o desenvolvimento da indústria moderna, mas o proletariado é seu produto mais autêntico.

As classes médias inferiores, os pequenos industriais, os pequenos fabricantes, os artesãos, os camponeses, todos lutam contra a burguesia, para garantir sua existência como parte da classe média. Portanto, não são revolucionárias, mas conservadoras e, mais ainda reacionárias, pois procuram fazer retroceder a roda da História. Se por acaso tornam-se revolucionárias é em consequência de sua iminente transferência para o proletariado; não defendem, pois, os seus interesses atuais, mas os futuros, abandonando seu próprio ponto de vista pelo do proletariado.

A “classe perigosa”, a escória da sociedade, esse produto passivo das camadas mais baixas da velha sociedade, pode, às vezes, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; no entanto, suas próprias condições de existência a dispõem mais a vender-se à reação.

Nas condições de existência do proletariado já estão destruídas as condições da antiga sociedade. O proletário não tem propriedade; suas relações com sua mulher

e seus filhos não tem nada em comum com a família burguesa; o trabalho industrial moderno, a sujeição ao capital, tanto na Inglaterra quanto na França, tanto na América quanto na Alemanha, despojaram-no de todos os traços de caráter nacional. A lei, a moral, a religião são para ele preconceitos burgueses, atrás dos quais se ocultam outros tantos interesses burgueses.

Todas as classes que anteriormente conquistaram o poder procuraram fortalecer o seu *status* subordinado toda a sociedade às suas condições de apropriação. Os proletários não podem apoderar-se das forças produtivas sem abolir a forma de apropriação que lhes era própria e, portanto, toda e qualquer forma de apropriação. Nada tem de seu a salvar; sua missão é destruir todas as garantias e seguranças da propriedade individual.

Todos os movimentos históricos precedentes foram movimentos minoritários, ou em proveito de minorias. O movimento proletário é o movimento consciente e independente da imensa maioria, em proveito da imensa maioria. O proletariado, a camada inferior da nossa sociedade, não pode erguer-se, pôr-se de pé, sem fazer saltar todos os estratos superpostos que constituem a sociedade oficial.

No princípio a luta do proletariado com a burguesia tem o caráter de uma luta nacional, não em sua essência, mas em sua forma. É claro que o proletariado de cada país deve primeiramente ajustar as contas com sua própria burguesia.

Esboçando em linhas gerais as fases do desenvolvimento do proletariado, descrevemos a guerra civil mais ou menos oculta, existente na sociedade atual, até a hora em que essa guerra explode numa revolução aberta e a derrubada violenta da burguesia estabelece a dominação do proletariado.

Até agora todas as sociedades se basearam, como vimos, no antagonismo entre as classes opressoras e as oprimidas. Mas para oprimir uma classe é preciso que lhe sejam asseguradas ao menos condições tais que lhe permitam uma existência de escravo. O servo, durante a servidão, conseguia tornar-se membro da comuna, assim como o pequeno burguês, sob o jugo do absolutismo feudal, conseguiu elevar-se à categoria de burguês. O operário moderno, ao contrário, em vez de elevar sua posição com o progresso da indústria, desce cada vez mais abaixo das

condições de existência de sua própria classe. Cai no pauperismo que cresce ainda mais rapidamente do que a população e a riqueza. Torna-se, então, evidente que a burguesia é incapaz de continuar sendo a classe dominante da sociedade, impondo como lei suprema suas próprias condições de existência. É incapaz de exercer seu domínio porque não pode mais assegurar a existência de seu escravo em sua escravidão, porque é obrigada a deixá-lo cair num estado tal que deve nutri-lo em lugar de se fazer nutrir por ele. A sociedade não pode mais existir sob o domínio da burguesia, em outras palavras, a sua existência doravante é incompatível com a sociedade.

A condição essencial para a existência e o domínio da classe burguesa é a formação e o crescimento do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este baseia-se exclusivamente na concorrência entre os trabalhadores. O progresso da indústria, cujo agente involuntário é a própria burguesia, substitui o isolamento dos operários, resultante de sua associação. O desenvolvimento da indústria moderna, portanto, abala a própria base sobre a qual a burguesia assentou seu regime de produção e de apropriação. O que a burguesia produz principalmente são seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis.

II. PROLETÁRIOS E COMUNISTAS

QUAL A POSIÇÃO DOS COMUNISTAS em relação aos proletários em geral?

Os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos outros partidos operários.

Não têm interesses diferentes daqueles do proletariado em geral.

Não formulam quaisquer princípios particulares a fim de modelar o movimento proletário.

Os únicos pontos que distinguem os comunistas dos outros partidos operários são os seguintes: 1) nas lutas nacionais dos proletários dos diversos países, destacam e fazem prevalecer os interesses comuns a todo o proletariado, independente da nacionalidade; 2) nos vários estágios de desenvolvimento da luta da classe operária contra a burguesia, representam, sempre e em toda parte, os interesses do movimento em geral.

De um lado, portanto, os comunistas constituem, praticamente, a fração mais resoluta e mais avançada dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; do outro, têm, teoricamente, sobre o proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento proletário.

O fim imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os partidos proletários: constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado.

As conclusões teóricas dos comunistas não se baseiam, de forma alguma, em idéias ou princípios inventados ou descobertos por este ou aquele pretenso reformador do mundo.

São apenas a expressão geral das condições reais de uma luta de classes existentes, de um movimento histórico que se desenvolve diante de nossos olhos. A abolição das relações de propriedade existentes não constitui uma característica particular do comunismo.

Todas as relações de propriedade tem passado por várias mudanças devido às modificações das condições históricas.

A Revolução Francesa, por exemplo, aboliu a propriedade feudal substituindo-a pela propriedade burguesa.

A característica particular do comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. Mas a propriedade privada atual, a propriedade burguesa, é a expressão final do sistema de produção e apropriação que é baseado em antagonismos de classes, na exploração de muitos por poucos.

Nesse sentido, a teoria dos comunistas pode ser resumida nessa frase: abolição da propriedade privada.

Censuram-nos a nós comunistas o querer abolir o direito à propriedade pessoalmente adquirida como fruto do trabalho do indivíduo, propriedade que é considerada a base de toda a liberdade pessoal, de toda a atividade e independência.

A propriedade pessoal, fruto do trabalho e do mérito! Refere-se à propriedade do pequeno artesão e do camponês, forma de propriedade que antecedeu a propriedade burguesa? Não há necessidade de aboli-la; o desenvolvimento da indústria já a destruiu, em grande parte, e continua a destruí-la diariamente.

Ou refere-se à propriedade privada atual, a propriedade burguesa?

Mas o trabalho assalariado cria propriedade para o trabalhador? De modo algum. Cria capital, ou seja, aquele tipo de propriedade que explora o trabalho assalariado e que só pode aumentar sob a condição de produzir novo trabalho assalariado, a fim de explorá-lo novamente. A propriedade em sua forma atual baseia-se no antagonismo entre o capital e o trabalho assalariado. Examinemos os dois termos desse antagonismo.

Ser capitalista significa ocupar não somente uma posição pessoal na produção, mas também uma posição social. O capital é um produto coletivo e só pode ser posto em movimento pelos esforços combinados de muitos membros da sociedade ou, em última instância, pelos esforços combinados de todos os seus membros.

O capital é, portanto, uma força social e não pessoal.

Portanto, quando se converte o capital em propriedade comum, em propriedade de todos os membros da sociedade, não é a propriedade pessoal que se transforma em social. Muda-se apenas o caráter social da propriedade, que perde a sua vinculação de classe.

Passemos ao trabalho assalariado.

O preço médio do trabalho assalariado é o salário mínimo, ou seja, a soma dos meios de subsistência necessários para que o operário viva como operário. Portanto, o que o operário obtém com o seu trabalho é apenas suficiente para conservar e reproduzir a sua vida. De modo algum pretendemos abolir essa apropriação pessoal dos produtos do trabalho, indispensável à manutenção e reprodução da vida humana, pois essa apropriação não deixa nenhum lucro líquido que confira poder sobre o trabalho alheio. O que queremos suprimir é o caráter miserável dessa apropriação que faz que o operário viva unicamente para aumentar o capital e na medida em que o exijam os interesses da classe dominante.

Na sociedade burguesa, o trabalho vivo é apenas um meio de aumentar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista, o trabalho acumulado é apenas um meio de ampliar, de enriquecer, de promover a existência do trabalhador.

Por conseguinte, na sociedade burguesa o passado domina o presente; na sociedade comunista, o presente domina o passado. Na sociedade burguesa o capital é independente e tem individualidade, enquanto a pessoa é dependente e não tem individualidade própria.

E o burguês equipara a abolição de semelhante estado de coisas à abolição da individualidade e da liberdade! De fato, é a abolição da individualidade burguesa, da independência burguesa e da liberdade burguesa.

Nas atuais condições da produção burguesa, entende-se por liberdade de comércio, a liberdade de comprar e de vender.

Mas, se o tráfico desaparece, a liberdade de comprar e de vender também desaparece. Essa fraseologia a respeito de liberdade de comércio, assim como todas as digressões de nossa burguesia sobre a liberdade em geral só têm sentido quando se referem ao comércio tolhido e aos burgueses da Idade Média; não têm sentido algum quando se trata da abolição comunista do tráfico, das relações burguesas de produção e da própria burguesia.

Horrorizai-vos porque queremos abolir a propriedade privada. Mas, em nossa sociedade, a propriedade privada já foi abolida para nove décimos da população; se ela existe

para alguns poucos é precisamente porque não existe para esses nove décimos. Acusai-nos, portanto, de procurar destruir uma forma de propriedade cuja condição de existência é a abolição de qualquer propriedade para a imensa maioria da sociedade.

Em suma, acusai-nos de abolir a vossa propriedade. Pois bem, é exatamente isso que temos em mente.

Desde o momento em que o trabalho não pode mais ser convertido em capital, em dinheiro, em renda da terra, num poder social capaz de ser monopolizado, isto é, desde o momento em que a propriedade individual não pode ser transformada em propriedade burguesa, em capital, dizeis que a individualidade está suprimida.

Deveis, pois, admitir que por “indivíduo” entendeis apenas o burguês, o proprietário burguês. Sem dúvida, esse indivíduo deve ser suprimido.

O comunismo não priva ninguém do poder de apropriar-se dos produtos da sociedade; o que faz é privá-lo do poder de subjugar o trabalho alheio por meio dessa apropriação.

Alega-se que com a abolição da propriedade privada toda a atividade cessaria e uma inércia geral se apoderaria do mundo.

Caso isso fosse verdade, a sociedade burguesa teria, há muito, sucumbindo à ociosidade, pois aqueles seus membros que trabalham nada lucram e os que lucram não trabalham. Toda a objeção se reduz a essa tautologia: não poderá haver trabalho assalariado quando não mais houver capital.

As objeções feitas contra o modo comunista de produção e de apropriação dos produtos materiais foram feitas da mesma maneira contra a produção e a apropriação das criações intelectuais. Assim como, para o burguês, o desaparecimento da propriedade de classe é o desaparecimento da produção propriamente dita, o desaparecimento da cultura de classe é o desaparecimento de toda a cultura. Essa cultura, cuja perda ele tanto lamenta, é, para a imensa maioria, apenas um ades- tramento que a transforma em máquinas.

Mas, não discutais conosco, enquanto aplicardes à abolição da propriedade burguesa as vossas noções burguesas de liberdade, cultura, direito etc. Vossas próprias idéias

são apenas uma decorrência do regime burguês de produção e de propriedade, assim como vosso direito é apenas a vontade de vossa classe erigida em lei, vontade cujo conteúdo é determinado pelas condições de existência de vossa classe.

A falsa concepção interesseira que vos leva a transformar em leis eternas da natureza e da razão as relações sociais oriundas da vossa forma atual de produção e de propriedade — relações históricas que surgem e desaparecem no curso da produção — a compartilhais com todas as classes dominantes que vos precederam. O que admitis claramente no caso da propriedade antiga, o que admitis claramente no caso da propriedade feudal, não podeis, é claro, admitir no caso de vossa forma burguesa de propriedade.

Abolição da família! Até os mais radicais ficam indignados ante essa proposta infame dos comunistas.

Quais são as bases da família atual, da família burguesa? O capital, o ganho individual. Em sua plenitude, a família só existe para a burguesia, mas encontra seu complemento na supressão forçada da família entre os proletários e a prostituição pública.

A família burguesa desvanece-se totalmente com o desvanecer de seus complementos, e uma e outra com o desvanecer do capital.

Acusai-nos de querer acabar com a exploração de crianças por seus próprios pais? Confessamos esse crime.

Mas, direis, destruímos a mais sublime das relações ao substituir a educação doméstica pela educação social.

E a vossa educação não é também social e determinada pelas condições sociais sob as quais educais vossos filhos, pela intervenção direta ou indireta da sociedade, por meio de escolas etc.? Os comunistas não inventaram a intervenção da sociedade na educação; procuram apenas transformar o tipo dessa intervenção, arrancando-a à influência da classe dominante.

As declamações burguesas sobre família e educação, sobre os vínculos sublimes entre pais e filhos, tornam-se cada vez mais repugnantes pela ação da indústria

moderna: os laços familiares dos proletários são destruídos e as crianças são transformadas em meros artigos de comércio e instrumentos de trabalho.

“Mas, vós comunistas quereis introduzir a comunidade de mulheres”, grita toda a burguesia em coro.

O burguês encara a sua mulher como um simples instrumento de produção. Ouve dizer que os instrumentos de produção serão explorados em comum e, naturalmente, chega à conclusão de que haverá também uma comunidade de mulheres.

Não suspeita que o objetivo real é arrancar a mulher de sua posição de instrumento de produção.

De resto, não há nada mais ridículo que a virtuosa indignação de nossos burgueses a respeito da comunidade de mulheres que julgam ser fundada pelos comunistas. Os comunistas não têm necessidade de introduzir a comunidade de mulheres: ela existe praticamente desde tempos imemoriais.

Nossos burgueses, não contentes em dispor das mulheres e filhas dos proletários, sem falar das prostitutas, têm o maior prazer em seduzir as esposas uns dos outros.

O casamento burguês, é, de fato, uma comunidade de mulheres casadas e, portanto, o máximo que se poderia criticar nos comunistas é pretenderem substituir uma comunidade de mulheres hipócrita e disfarçada por uma que seria franca e oficial. Quanto ao resto, é evidente que a abolição do atual sistema de produção causará o desaparecimento da comunidade de mulheres a ele inerente, ou seja, a prostituição pública e particular.

Ademais, os comunistas são acusados de querer abolir a pátria e a nacionalidade.

Os trabalhadores não têm pátria. Não podemos tomar deles aquilo que não possuem. Como o proletariado pretende adquirir a supremacia política, tornar-se a classe dirigente da nação, tornar-se a própria *nação*, é nesse sentido, ele mesmo nacional, embora não no sentido burguês da palavra.

As diferenciações e os antagonismos entre os povos desaparecem dia a dia, devido ao desenvolvimento da burguesia, à liberdade de comércio, ao mercado mundial, à uniformidade na forma de produção e às condições de existência correspondente.

A supremacia do proletariado os fará desaparecer ainda mais rápido. A ação comum nos países civilizados é uma das principais condições de emancipação do proletariado.

À medida em que se suprime a exploração do homem pelo homem, suprime-se também a exploração de uma nação pela outra. A utilidade entre as nações desaparecerá à proporção que desaparecer o antagonismo entre as classes no interior dessas nações.

As acusações feitas ao comunismo de um ponto de vista religioso, filosófico e, em geral, ideológico não merecem um exame aprofundado.

Será preciso grande perspicácia para compreender que as idéias dos homens, suas noções e concepções, numa palavra, que a consciência do homem se modifica com cada mudança nas condições de sua existência material, em suas relações sociais, em sua vida social?

O que demonstra a história das idéias senão que a produção intelectual se modifica à proporção que se modifica a produção material? As idéias dominantes de uma época são sempre as idéias da classe dominante.

Quando se fala de idéias que revolucionam a sociedade, isso quer dizer que dentro da velha sociedade surgem elementos de uma nova sociedade, e que a dissolução das antigas idéias acompanham a dissolução das antigas condições de vida.

Quando o mundo antigo declinava, as religiões foram substituídas pelo cristianismo; quando, no século XVIII, as idéias cristãs cederam lugar ao racionalismo, a sociedade feudal travava sua batalha fatal com a burguesia, então revolucionária. As idéias de liberdade religiosa e de liberdade de consciência foram apenas a expressão do império da livre concorrência no domínio do conhecimento.

“Sem duvida”, dir-se-á, “as concepções religiosas, morais, filosóficas e jurídicas modificaram-se durante o desenvolvimento histórico. Mas a religião, a moral, a filosofia, a ciência política e o direito mantiveram-se sempre atrás dessa mudança.

“Ademais, há verdades eternas, como a liberdade, a justiça etc., que são comuns a todos os regimes sociais. O comunismo, porém, abole as verdades eternas, abole a religião e a moral, ao invés de constituí-las sobre uma nova base, o que contradiz toda a experiência histórica anterior.”

A que se reduz essa acusação? A história da sociedade constituiu no desenvolvimento de antagonismos de classe que assumiram formas diferentes nas diversas épocas.

Mas, fosse qual fosse a forma que esses antagonismos tomaram, um fato é comum a todas as épocas, isto é, a exploração de uma parte da sociedade por outra. Portanto, não é espantoso que a consciência social de todos os séculos, a despeito de sua multiplicidade e variedade, se tenha movido sempre dentro de certas formas comuns, ou idéias gerais, que só podem desaparecer com o desaparecimento dos antagonismos de classes.

A revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações tradicionais; não é de se estranhar, portanto, que seu desenvolvimento acarrete o rompimento mais radical com as idéias tradicionais.

Mas deixemos de lado as objeções burguesas ao comunismo.

Vimos acima que a primeira etapa da revolução operária é erguer o proletariado à posição de classe dominante, à conquista da democracia.

O proletariado utilizará sua supremacia para arrancar, pouco a pouco, todo o capital à burguesia, centralizando os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar o mais rápido possível o total das forças produtivas.

Naturalmente, no princípio isso só poderá realizar-se por uma violação despótica dos direitos de propriedade e das relações burguesas de produção, isto é, por medidas que, do ponto de vista econômico, parecerão insuficientes e insustentáveis, mas que no desenrolar do movimento ultrapassarão a si mesmas, acarretarão novas modificações na antiga ordem social e serão indispensáveis para transformar radicalmente o modo de produção.

É claro que tais medidas assumirão formas diferentes nos diversos países.

Nos países mais adiantados, no entanto, as seguintes medidas poderão ser postas em prática.

1) Expropriação da propriedade territorial e emprego da renda e proveito do Estado.

- 2) Imposto fortemente progressivo.
- 3) Abolição do direito de herança.
- 4) Confisco da propriedade de todos os emigrantes e sediciosos.
- 5) Centralização do crédito nas mãos do Estado, por meio de um banco nacional com capital do Estado e com o monopólio exclusivo.
- 6) Centralização dos meios de comunicação e transporte nas mãos do Estado.
- 7) Multiplicação das fábricas e meios de produção possuídos pelo Estado; o cultivo das terras improdutivas e o aprimoramento do solo em geral, segundo um plano.
- 8) Trabalho obrigatório para todos; estabelecimento de exércitos industriais, especialmente para a agricultura.
- 9) Combinação da agricultura com as indústrias manufatureiras e abolição gradual da distinção entre a cidade e o campo, por meio de uma distribuição mais igualitária da população pelo país.
- 10) Educação gratuita para todas as crianças, em escolas públicas, abolição do trabalho infantil nas fábricas, tal como é feito atualmente. Combinação da educação com a produção industrial etc.

Quando, no curso do desenvolvimento, desaparecerem todas as distinções de classes e toda a produção concentrar-se nas mãos da associação de toda a nação, o poder público perderá seu caráter político. O poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para oprimir a outra. Se o proletariado em sua luta contra a burguesia é forçado pelas circunstâncias a organizar-se em classe; se se torna, mediante uma revolução, classe dominante, destruindo violentamente as antigas relações de produção, destrói com essas relações as condições dos antagonismos de classes em geral e, com isso, extingue sua própria dominação como classe.

Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, haverá uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos.

III. LITERATURA SOCIALISTA E COMUNISTA

1. O SOCIALISMO REACIONÁRIO

A) O SOCIALISMO FEUDAL

DEVIDO À SUA POSIÇÃO HISTÓRICA, as aristocracias da França e da Inglaterra tenderam a escrever libelos contra a moderna sociedade burguesa. Na Revolução Francesa de julho de 1830 e no movimento reformador inglês, essas aristocracias sucumbiram mais uma vez diante dessa arrivista odiosa. A partir daí, uma luta política séria era inconcebível. Somente uma contenda literária era possível. Mas, mesmo no domínio da literatura, as antigas exigências da restauração⁵ tornaram-se impossíveis.

Para criar simpatias, a aristocracia viu-se obrigada a deixar de lado, aparentemente, seus próprios interesses e a formular uma acusação contra a burguesia, aparentando defender unicamente os interesses da classe trabalhadora. Assim, a aristocracia vingou-se cantando sátiras sobre os novos senhores, murmurando-lhes aos ouvidos profecias sinistras sobre a catástrofe inevitável.

Dessa maneira, surgiu o socialismo feudal: metade lamentações, metade libelos, ecos do passado e ameaças sobre o futuro, às vezes ferindo a burguesia no coração com sua crítica amarga, mordaz e espirituosa, porém obtendo sempre um efeito cômico, devido à sua impotência absoluta de compreender a marcha da História moderna.

Para atrair o povo, a aristocracia arvorou, à guisa de bandeira, a sacola do mendigo. Mas, assim que ocorreu, o povo percebeu que suas costas estavam ornadas com velhos brasões feudais e dispersou-se às gargalhadas.

Uma fração dos legitimistas franceses e a “jovem Inglaterra” deram um espetáculo desse tipo.

5. Não se trata da restauração inglesa de 1660 a 1689, mas da restauração francesa, de 1814-1830. (Nota de F. Engels à edição inglesa de 1888.)

Ao afirmar que seu modo de exploração diferia dos da burguesia, os campeões do feudalismo esquecem-se que o feudalismo explorava em condições e circunstâncias bem diferentes e hoje em dia antiquadas. Ao ressaltarem que, sob o seu domínio não existia o proletariado, esquecem-se que a moderna burguesia é um fruto necessário de seu regime social.

Além disso, disfarçam tão mal o caráter reacionário de sua crítica que a principal acusação que fazem contra a burguesia consiste em que sob o regime burguês se desenvolve uma classe que fará ir pelos ares toda a antiga ordem social.

O que mais reprova à burguesia não é o fato de ter criado um proletariado, mas de ter criado um proletariado revolucionário.

Portanto, na prática política colaboram com todas as medidas repressivas contra a classe trabalhadora; e na vida diária, a despeito de sua pomposa fraseologia, conformam-se em colher os frutos de ouro da árvore da indústria e trocar a verdade, o amor e a honra pelo comércio de lã, de açúcar de beterraba e de aguardente.⁶

Assim como o pároco sempre caminhou de mãos dadas com o senhor feudal, o socialismo clerical caminha lado a lado com o socialismo feudal.

Não há nada mais fácil do que dar um verniz socialista ao ascetismo cristão. O cristianismo não se manifestou contra a propriedade privada, contra o matrimônio e o Estado? Em lugar deles, não pregou a caridade e a nobreza, o celibato e mortificação da carne, a vida monástica e a Igreja? O socialismo cristão é a água benta com que o padre consagra o despeito da aristocracia.

6. Isto se refere sobretudo à Alemanha, onde os latifundiários aristocratas cultivam por conta própria grande parte de suas terras, com a ajuda de administradores e são, além disso, produtores de açúcar de beterraba e destiladores de aguardente. Os mais prósperos aristocratas britânicos se encontram, por enquanto, acima disso, mas também sabem como compensar a diminuição de suas rendas emprestando seus nomes aos fundadores de sociedades anônimas de reputação mais ou menos duvidosa. (*Nota de F. Engels à edição inglesa de 1888.*)

B) O SOCIALISMO PEQUENO-BURGUÊS

A aristocracia feudal não foi a única classe que a burguesia arruinou, a única cujas condições de existência se enfraquecem e perecem na sociedade burguesa. Os pequenos burgueses e os pequenos camponeses da Idade Média foram os precursores da burguesia moderna. Nos países de baixo nível de desenvolvimento industrial e comercial, essas classes ainda vegetam lado a lado com a burguesia em ascensão.

Nos países nos quais a civilização moderna se desenvolveu completamente, formou-se uma classe de pequenos burgueses, que oscila entre o proletariado e a burguesia, renovando-se sempre como fração suplementar da burguesia. Os membros desta classe, no entanto, se vêem constantemente precipitados no proletariado devido à competição, e à medida que a indústria moderna se desenvolve vêem-se na iminência de desaparecerem como um setor independente da sociedade moderna, sendo substituídos na manufatura, na agricultura, no comércio, por supervisores, capatazes e empregados.

Nos países como a França, onde os camponeses constituem mais da metade da população, é natural que os escritores que apoia-vam o proletariado contra a burguesia usassem, em sua crítica à sociedade burguesa, camponeses e pequenos burgueses, defendendo a classe operaria segundo este ponto de vista. Assim surgiu o socialismo pequeno-burguês. Sismondi é o chefe dessa escola, não somente na França, mas também na Inglaterra.

Esse socialismo analisou objetivamente as contradições das relações modernas de produção. Pôs a nu as apologias hipócritas dos economistas. Mostrou, sem dúvida, os efeitos desastrosos da máquina e da divisão de trabalho; a concentração do capital e da terra nas mãos de alguns poucos; a super produção e as crises; ressaltou a ruína inevitável do pequeno burguês e do camponês, a miséria do proletariado, a anarquia na produção, a acintosa desproporção na distribuição das riquezas, a guerra industrial de extermínio entre as nações, a dissolução dos antigos costumes, das antigas relações familiares, das antigas nacionalidades.

Entretanto a finalidade real dessa forma de socialismo é ou restabelecer os antigos meios de produção e troca, e com eles as antigas relações de propriedade e a

antiga sociedade, ou tentar fazer entrar à força os meios modernos de produção e troca no quadro das antigas relações de propriedade que foram, necessariamente destruídas, por eles. Em qualquer dos dois casos, é reacionário e utópico.

Suas última palavras são guildas corporativas para a manufatura; relações patriarcais na agricultura.

Por fim, quando os obstinados fatos históricos fizeram passar completamente o efeito de embriaguez, essa forma de socialismo caiu numa verdadeira prostração de espírito.

C) O SOCIALISMO ALEMÃO OU O “VERDADEIRO” SOCIALISMO

A literatura socialista e comunista da França, nascida sobre a pressão da burguesia no poder, expressão da luta contra esse poder, foi introduzida na Alemanha numa época em que a burguesia apenas começara na luta com o absolutismo feudal.

Os filósofos alemães, semi-filósofos e homens de letras lançaram-se avidamente sobre essa literatura, esquecendo-se apenas do fato de que as condições sociais da França não emigraram para a Alemanha com a importação da literatura francesa. Nas condições sociais alemã, tal literatura perdeu sua importância prática, assumindo um aspecto puramente literário. Portanto, para os filósofos alemães do século XVIII as reivindicações da Revolução Francesa não eram mais do que as reivindicações da “razão prática” em geral e a manifestação da vontade da burguesia revolucionária francesa expressava apenas as leis da pura vontade da burguesia revolucionária francesa, da vontade tal como deve ser, da verdade humana em geral.

O trabalho dos *literati* alemães consistiu unicamente em conciliar as idéias francesas com sua velha consciência filosófica, ou melhor, de incorporar as idéias francesas sem abandonar seu próprio ponto de vista filosófico.

Incorporam-nas da mesma maneira como se assimila uma língua estrangeira, isto é, pela tradução.

Sabe-se que os monges recobriam os manuscritos das obras clássicas da antiguidade pagã com lendas absurdas sobre santos católicos. Os *literati* alemães agiram em sentido inverso a respeito da literatura francesa profana. Escreveram suas insanidade filosófi-

cas sob o original francês. Por exemplo, sob a crítica francesa às funções econômicas do dinheiro escreveram “alienação humana”, e sob a crítica francesa ao estado burguês escreveram “eliminação do poder da categoria do universal”, e assim por diante.

À introdução dessa fraseologia filosófica nas críticas históricas francesas deram o nome de “filosofia da ação”, “verdadeiro socialismo”, “fundamentos filosóficos do socialismo” etc.

Assim, enfraqueceram completamente a literatura socialista e comunista francesa. E, como nas mãos dos alemães ela deixou de ser expressão da luta de uma classe com outra, eles se felicitaram por terem superado a “estreiteza francesa” e por representarem, não verdadeiras necessidades, mas as necessidades da verdade; não os interesses do proletariado, mas os interesses da natureza humana, do homem em geral, que nada tem de real e existe apenas no céu brumoso da fantasia filosófica.

Esse socialismo alemão que levava tanto a sério as suas tarefas escolares e que a apregoava tão charlatanesco, começou pouco a pouco a perder sua inocência pretensiosa.

A luta da burguesia alemã, e principalmente da prussiana, contra a aristocracia feudal e a monarquia absoluta, ou, em outras palavras, o movimento liberal, tornou-se mais enérgica.

Desse modo, apresentou-se ao “verdadeiro” socialismo a tão esperada oportunidade de confrontar o movimento político com as reivindicações socialistas, de lançar os anátemas tradicionais contra o liberalismo, contra o governo representativo, contra a concorrência burguesa, a liberdade burguesa de imprensa, a legislação burguesa, a igualdade e liberdade burguesa; pôde pregar às massas que nada tinham a ganhar, mas muito a perder com esse movimento burguês. O socialismo alemão esqueceu, muito a propósito, que a crítica francesa, da qual era um mero eco, presupunha a existência da moderna sociedade burguesa, com suas correspondentes condições econômicas de existência e a sua constituição política própria, precisamente aquilo que era ainda o objetivo da luta na Alemanha.

Para os governos absolutos, com seu séquito de padres professores, fidalgos rurais e burocratas, esse socialismo converteu-se em espantinho para a burguesia ameaçadora.

Servia de fecho de ouro aos tiros e às chicotadas com que esses mesmos governos respondiam aos levantes da classe operária alemã.

Ao mesmo tempo em que o “verdadeiro” socialismo foi, para os governos, uma arma contra a burguesia alemã, representou também um interesse reacionário, o interesse dos filisteus alemães. Na Alemanha, a classe pequeno-burguesa, legada pelo século XVI e desde então renascendo sem cessar sob formas diversas, é a verdadeira base social do estado de coisas vigente.

Preservar essa classe é preservar o estado de coisa existente na Alemanha. A supremacia industrial e política da burguesia ameaça a pequena burguesia de destruição — de um lado, pela concentração de capital; do outro, por um levante do proletariado revolucionário. O “verdadeiro” socialismo aparecia como uma arma capaz de liquidar os dois perigos de uma só vez. Propagou-se como uma epidemia.

A roupagem tecida com os fios imateriais da especulação, bordada com as flores da retórica e banhada de orvalho sentimental, essa roupagem, na qual os socialistas alemães envolveram as suas lamentáveis e decadentes “verdades eternas”, aumentou maravilhosamente a venda de sua mercadoria entre tal público. Por sua vez, o socialismo alemão aceitou cada vez mais a sua vocação de representante grandiloquente da filistéia pequeno-burguesa.

Proclamou que a nação alemã era a nação-modelo, e que o pequeno burguês alemão era o homem típico. A todas as mesquinharias desse homem-modelo atribuiu um sentido oculto, elevado, socialista, exatamente o contrário do seu caráter real. Chegou ao extremo de opor-se à tendência “brutalmente destruidora” do comunismo, proclamado o seu desprezo imparcial às lutas de classes. Com muito poucas exceções, todas as pretensas publicações socialistas e comunistas que circulam agora (1847) na Alemanha pertencem ao domínio dessa literatura imunda e enervante.⁷

7. A tormenta revolucionária de 1848 varreu toda essa lastimável tendência e tirou de seus partidários o desejo de continuar chapinhando no socialismo. O representante principal e o tipo clássico dessa escola é o Sr. Karl Grün. (Nota de F. Engels à edição alemã de 1888.)

2. O SOCIALISMO CONSERVADOR OU BURGUÊS

Uma parte da burguesia deseja remediar os custos sociais para garantir a continuidade da sociedade burguesa.

A esse setor pertencem economistas, filantropos, humanitários, os que procuram melhorar as condições da classe operária, os organizadores de beneficências, os membros de sociedades protetoras de animais, os fanáticos das sociedades de temperança, enfim, os reformadores de gabinete de toda categoria. Essa escola socialista, além disso, organizou-se em sistemas completos.

Como exemplo, podemos citar *Philosophie de la misère (A filosofia da miséria)*, de Proudhon.

Os socialistas burgueses querem todas as vantagens das condições sociais modernas sem as suas lutas e perigos. Querem o estado atual da sociedade sem os elementos que a revolucionam e a destróem. Desejam a burguesia sem o proletariado. Naturalmente, a burguesia concebe o mundo em que domina como o melhor dos mundos possíveis; o socialismo burguês desenvolve essa concepção consoladora em vários sistemas mais ou menos completos. Quando convida o proletariado a empreender tal sistema e dirigir-se completamente a uma nova Jerusalém social, de fato o convida a permanecer na sociedade atual, eliminando, porém, seu ódio contra a burguesia.

Uma segunda forma, mais prática e menos sistemática, desse tipo de socialismo procurou depreciar perante a classe trabalhadora todo movimento revolucionário, declarando que não será uma simples reforma política, mas a mudança nas condições materiais de existência, nas relações econômicas, que lhe será proveitosa. Por mudanças nas condições materiais de existência, no entanto, essa escola socialista não tem em mente a abolição das relações burguesas de produção, que só pode ser realizada pela revolução, mas reformas administrativas, fundamentadas na existência dessas relações; tais reformas, portanto, não afetam as relações entre o capital e o trabalho, mas, na melhor das hipóteses, diminuem os custos da burguesia, simplificando o trabalho administrativo do Estado.

O socialismo burguês só atinge uma expressão adequada quando se torna uma simples figura retórica.

Livre-câmbio: no interesse da classe operária. Tarifas protetoras: no interesse da classe operária. Reforma penitenciária: no interesse da classe operária. Eis sua última palavra, a única pronunciada seriamente pelo socialismo burguês. Reduz-se à seguinte: os burgueses são burgueses — no interesse da classe trabalhadora.

3. O SOCIALISMO E O COMUNISMO CRÍTICO-UTÓPICOS

Não se trata aqui da literatura que, em toda grande revolução moderna, foi o porta-voz das reivindicações do proletariado, como as obras de Babeuf e outros.

As primeiras tentativas do proletariado para alcançar seus objetivos, realizadas em épocas de efervescência geral, no período de destruição da sociedade feudal, falharam, devido ao estado precário do proletariado e à ausência de condições econômicas para sua emancipação, condições que só poderiam ser provocadas pela época burguesa. A literatura revolucionária que acompanhara esses primeiros movimentos do proletariado possuía, necessariamente, um caráter reacionário, inculcando o asceticismo universal e um grosseiro igualitarismo.

Os sistemas socialistas e comunistas, propriamente ditos, os de Saint-Simon, Fourier, Owen e outros, surgem no início do período acima descrito da luta entre o proletariado e a burguesia (ver a seção 1, *Burgueses e proletários*).

Os fundadores desse sistemas reconhecem os antagonismo de classe e a ação dos elementos destruidores na própria sociedade dominante. Mas o proletariado ainda em formação lhes parece uma classe sem qualquer iniciativa histórica ou qualquer movimento político independente.

Como o desenvolvimento dos antagonismos de classes acompanha o da indústria, a situação econômica, no seu entender, não oferece as condições materiais necessárias à emancipação do proletariado. Por isso, procuram uma nova ciência social, novas leis sociais, que criem tais condições.

À atividade histórica substituem sua própria imaginação pessoal; às condições históricas da emancipação, condições fantásticas, e à organização espontânea e gra-

dativa do proletariado em classes em organização social pré-fabricada por eles. Em sua opinião, a história do futuro resume-se na propaganda e na realização prática de seus planos de organização social.

Na formação desses planos, compenetraram-se que estão cuidando sobretudo dos interesses da classe operária, a classe mais sofredora. Para eles, o proletariado só existe sob o prisma de classe mais sofredora.

O estado rudimentar da luta de classes e sua própria posição social levam os socialistas dessa categoria a considerar-se superiores a todos os antagonismos de classe. Querem melhorar a condição de todos os membros da sociedade, mesmo os mais favorecidos. Portanto, em geral, apelam indistintamente para todas as classes da sociedade e, preferentemente, para a classe dominante. Pois, como poderiam as pessoas deixar de reconhecer nesse sistema, o melhor plano possível para a melhor das sociedades possíveis?

Por conseguinte, rejeitam toda ação política e, principalmente, toda ação revolucionária; procuram atingir seus objetivos por meios pacíficos e tentam abrir caminho ao novo evangelho social por experiências em pequena escala, necessariamente destinadas ao fracasso, e pela força do exemplo.

A descrição fantástica da sociedade futura, feita numa época em que o proletariado ainda se encontra num estado rudimentar e tem apenas uma concepção fantasista de sua própria posição, corresponde às primeiras aspirações instintivas dessa classe a uma transformação geral da sociedade.

Todavia, essas obras socialistas e comunistas também contêm um elemento crítico. Atacam todos os princípios da sociedade vigente. Portanto, fornecem valioso material para o esclarecimento da classe operária. As medidas práticas que propõem — tais como a supressão da distinção entre a cidade e o campo, a abolição da família, das indústrias nas mãos de particulares, do sistema de salários, a proclamação da harmonia social, a transformação do Estado em mero administrador da produção — anunciam o desaparecimento dos antagonismos de classes que mal começam e que são encarados por tais obras de maneira indefinida e imprecisa. Por conseguinte, essas medidas possuem um caráter simplesmente utópico.

A importância do socialismo e do comunismo crítico-utópicos está na razão inversa do desenvolvimento histórico. À medida que se forma e se desenvolve a moderna luta de classes, o fantástico afã de abstrair-se dela, os ataques que lhe são feitos, perdem todo o valor prático e toda a justificação teórica. Por isso, embora os fundadores desses sistemas fossem revolucionários em certos aspectos, seus discípulos formaram meras seitas reacionárias, pois se prendem às concepções de seus mestres, apesar do desenvolvimento histórico do proletariado. Procuram consistentemente atenuar a luta de classes, conciliando os antagonismos. Sonham com a realização experimental de suas utopias sociais, com *phalanstères* isolados, com a criação de colônias internas, ou com o estabelecimento da *Pequena Icária*⁸ – edições de bolso da Nova Jerusalém – para realizar tais castelos no ar, vêm-se obrigados a apelar para os sentimentos e os cofres dos burgueses. Pouco a pouco, caem na categoria dos socialistas conservadores ou reacionários, acima descrita, deles diferindo apenas por um pedantismo mais sistemático e uma fé fanática e supersticiosa nos efeitos miraculosos de sua ciência social.

Portanto, opõem-se a qualquer ação política da parte da classe operária; tal ação, segundo eles, só poderia provir de uma cega falta de fé no novo evangelho.

Os owenistas, na Inglaterra, e os fourieristas, na França, opõem-se aos cartistas e aos “réformistes”, respectivamente.

8. “Colônias internas” (*home colonies*) era como Owen chamava as sociedades comunistas-modelo (*Acrescentado por F. Engels à edição alemã de 1890.*)

“Phalanstères” eram colônias socialistas projetadas por Charles Fourier; Icária era o nome dado por Cabet ao seu país utópico e, mais tarde, à sua colônia comunista na América. (*Nota de F. Engels à edição Inglesa de 1880.*)

IV. A POSIÇÃO DOS COMUNISTAS EM RELAÇÃO AOS VÁRIOS PARTIDOS DE OPOSIÇÃO

A SEÇÃO II SERVIU PARA ESCLARECER as relações dos comunistas com os partidos operários existentes, como os cartistas, na Inglaterra, e os reformadores agrários, na América do Norte.

Os comunistas combatem pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária; mas, no movimento do presente, também representam e se encarregam de seu futuro. Na França, os comunistas aliam-se com os sociais-democratas⁹ contra a burguesia conservadora e radical, reservando-se o direito de assumir uma posição crítica em relação aos chavões e às falsas concepções legados pela Grande Revolução.

Na Suíça, apoiam os radicais, sem perder de vista o fato de que esse partido é formado por elementos antagônicos, parte democratas-socialistas, no sentido francês da palavra, parte burgueses radicais.

Na Polônia, apoiam o partido que defende uma revolução agrária como primeira condição para a emancipação nacional, o partido que fomentou a insurreição de Cracóvia, em 1846.

Na Alemanha, lutam de acordo com a burguesia, sempre que esta age revolucionariamente contra a monarquia absoluta, a hierarquia feudal e a pequena burguesia.

Mas o Partido Comunista nunca se esquece de despertar nos operários uma consciência nítida do antagonismo hostil entre a burguesia e o proletariado, para que os trabalhadores alemães usem adequadamente, como armas contra a burguesia, as condições sociais necessariamente criadas pelo regime burguês, a fim de que, uma vez destruídas as classes reacionárias na Alemanha, possa ser travada a luta contra a própria burguesia.

9. Esse partido era representado no Parlamento por Ledru-Rollin, na literatura por Louis Blanc (1811-82), na imprensa pela "Réforme". O nome de social-democracia significava, para aqueles que o criaram uma parte do Partido Democrata ou Republicano com tendências mais ou menos socialistas. (Nota de F. Engels à edição Inglesa de 1880.)

Os comunistas concentram suas atenções na Alemanha porque este país se encontra às vésperas de uma revolução burguesa, a concretizar-se nas condições mais avançadas da civilização europeia, com um proletariado mais desenvolvido do que o da Inglaterra, no século XVII e o da França, no século XVIII, e porque a revolução burguesa na Alemanha será o prelúdio imediato de uma revolução proletária.

Em suma, em toda parte os comunistas apoiam todo o movimento revolucionário contra a ordem social e política vigente.

Em todos esses movimentos põem em primeiro lugar, como questão fundamental, a questão da propriedade, não obstante o grau de desenvolvimento alcançado na época.

Finalmente, em toda parte os comunistas trabalham pela união e entendimento dos partidos democratas de todos os países.

Os comunistas não se rebaixam em dissimular suas idéias e seus objetivos. Declaram abertamente que seus fins só poderão ser alcançados pela derrubada violenta das condições sociais existentes. Que as classes dominantes tremam diante da revolução comunista! Os proletários nada têm a perder senão os seus grilhões. Têm um mundo a ganhar.

Proletários de todos os países, uni-vos!

90 ANOS DO MANIFESTO COMUNISTA*

Leon Trotsky

CUSTA ACREDITAR QUE APENAS DEZ ANOS nos separam do centenário do *Manifesto Comunista*! Este manifesto, o mais genial entre todos os da literatura mundial, surpreende-nos ainda hoje pela sua atualidade. Suas partes mais importantes parecem ter sido escritas ontem. Sem dúvida alguma, os jovens autores (Marx tinha 29 anos e Engels, 27) souberam antever o futuro como ninguém antes e como poucos depois deles.

No prefácio à edição de 1872, Marx e Engels afirmaram que, mesmo tendo certos trechos secundários do Manifesto envelhecido, não tinham o direito de modificar o texto original, visto que, no decorrer dos 25 anos então passados, ele já se transformara em um documento histórico. De lá para cá mais 65 anos transcorreram. Algumas partes isoladas envelheceram ainda mais. Conseqüentemente, neste prefácio apresentaremos, de forma resumida, as idéias do *Manifesto* que, até nossos dias, conservam integralmente sua força e aquelas que necessitam de sérias modificações ou complementos.

1. A concepção materialista da História, formulada por Marx pouco tempo antes da aparição do texto e que nele se encontra aplicada com perfeita maestria, resistiu completamente à prova dos acontecimentos e aos golpes da crítica hostil. Constituiu-se, atualmente, em um dos mais preciosos instrumentos do pensamento humano. Todas as outras interpretações do processo histórico perderam todo significado científico. Podemos afirmar, com segurança, que atualmente é impossível não apenas ser um militante revolucionário, mas simplesmente um observador politicamente instruído sem assimilar a interpretação materialista da História.

* O presente texto, também conhecido como “A Atualidade do Manifesto Comunista”, foi escrito por Leon Trotsky como prefácio à primeira edição do clássico de Marx e Engels publicada no idioma dos boeres, povo da África do Sul. (Este texto segue as traduções para o português de acordo com Marxists Internet Archive e Desafio: Revista Teórica e Política, n.1, junho/92, p.20-23).

2. “A História de todas as sociedades até os nossos dias não foi senão a história das lutas de classes”. O primeiro capítulo do Manifesto começa por esta frase.

Esta tese, que constitui a mais importante conclusão da concepção materialista da História, em pouco tempo transformou-se em elemento da luta de classes. A teoria que trocava o “bem-estar comum”, a “unidade nacional” e as “verdades eternas da moral” pela luta entre interesses materiais, considerados como a força motriz da História, sofreu ataques particularmente ferozes da parte de reacionários hipócritas, doutrinários liberais e democratas idealistas. A eles acrescentaram-se mais tarde, desta vez a partir do próprio movimento operário, os ataques dos chamados revisionistas, isto é, dos partidários da revisão do marxismo em favor da colaboração e conciliação de classes. Finalmente, em nossa época, os desprezíveis epígonos da Internacional Comunista (os stalinistas) tomaram o mesmo caminho: a política daquilo a que se dá o nome “frentes populares” decorre, inteiramente, da negação das leis da luta de classes. Entretanto, vivemos na época do imperialismo que, levando todas as contradições sociais ao seu extremo, demonstra o triunfo teórico do *Manifesto Comunista*.

3. A anatomia do capitalismo, visto este como um estágio determinado da evolução econômica da sociedade, foi destrinchada por Marx de forma cabal em *O Capital* (1867). Mas, já no *Manifesto* as linhas fundamentais da análise futura foram traçadas com clareza: a) o pagamento da força de trabalho como equivalente ao custo de sua reprodução; b) a apropriação da mais-valia pelos capitalistas; c) a concorrência como lei fundamental das relações sociais; d) a ruína das classes médias, isto é, da pequena burguesia das cidades e do campesinato; e) a concentração da riqueza nas mãos de um número cada vez mais reduzido de possuidores, em um dos pólos sociais, e o crescimento numérico do proletariado em outro; f) a preparação das condições materiais e políticas prévias ao regime socialista.

4. A tendência do capitalismo em rebaixar o nível de vida dos operários, a torná-los cada vez mais pobre. Esta tese foi violentamente atacada. Os padres, os professores, os ministros, os jornalistas, os teóricos sociais-democratas e os dirigentes sindicais levantaram-se contra a assim chamada teoria do “empobrecimento”. Invariavelmente enumeravam sinais do bem-estar crescente dos trabalhadores, tomando a aristocracia operária por todo o proletariado, ou tomando uma tendência temporária por

uma situação perdurável. Paralelamente, a própria evolução do mais poderoso capitalismo, o dos Estados Unidos transformou milhões de operários em párias, sustentados às custas da caridade estatal ou privada.

5. Em oposição ao *Manifesto*, que descrevia **as crises comercial-industriais como uma série de crescentes catástrofes**, os revisionistas afirmavam que o desenvolvimento nacional e internacional dos monopólios garantiria o controle do mercado e a abolição gradual das crises. Não há dúvida de que a passagem do século passado ao atual caracterizou-se por um desenvolvimento tão impetuoso do sistema que as crises pareciam interrupções “acidentais”. Mas esta época está irremediavelmente ultrapassada. Em última análise, também com respeito a esta questão, a verdade está do lado de Marx.

6. **“O governo do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa”**. Nesta fórmula sucinta, que os dirigentes social-democratas depreciavam como um paradoxo jornalístico, encontra-se, na verdade, a única teoria científica sobre o Estado. A democracia idealizada pela burguesia não é, como pensavam Bernstein e Kautsky, uma casca vazia que se pode, tranqüilamente, encher com qualquer conteúdo. A democracia burguesa só pode servir à burguesia. O governo de “Frente Popular” dirigido por Blum ou Chautemps, Caballero ou Negrin é tão somente “um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Quando este comitê se sai mal em seus negócios, a burguesia expulsa-o do poder a pontapés.

7. **“Toda luta de classes é uma luta política”**. “A organização do proletariado como classe é, conseqüentemente, a sua organização em partido político...” Os sindicalistas por um lado e os anarco-sindicalistas, por outro, durante muito tempo, e ainda hoje, vêm procurando fugir à compreensão dessas leis históricas. O sindicalismo “puro” recebe, atualmente, um golpe fulminante em seu principal refúgio: os Estados Unidos. O anarco-sindicalismo sofreu uma derrota esmagadora em sua última cidadela, a Espanha. Como nas outras questões, também aqui o *Manifesto* demonstrou estar certo.

8. **O proletariado não pode conquistar o poder por meio das leis promulgadas pela burguesia**. “Os comunistas... proclamam abertamente que seus fins só podem ser atingidos pela derrubada violenta da ordem social existente”. O reformismo tentou explicar esta tese do *Manifesto* pela imaturidade do movimento operário da época e

pelo insuficiente desenvolvimento da democracia. A sorte das “democracias” italiana e alemã, e de muitas outras, demonstrou que se alguma coisa não estava madura eram as próprias idéias reformistas.

9. Para a transformação socialista da sociedade é necessário que a classe operária concentre em suas mãos o poder capaz de varrer todos os obstáculos políticos que se antepõem em sua trajetória até a nova ordem. “O proletariado organizado como classe dominante”, eis o que é sua ditadura. Ao mesmo tempo, trata-se da única e verdadeira democracia proletária. Sua amplitude e profundidade dependem das condições históricas concretas. Quanto maior for o número de Estados que se lançarem no caminho da revolução socialista, mais livres e flexíveis serão as formas da ditadura, mais ampla e profunda será a democracia operária.

10. O desenvolvimento internacional do capitalismo determina o caráter internacional da revolução proletária. Uma das primeiras condições para a emancipação da classe operária consiste em sua ação comum, pelo menos nos países civilizados. O desenvolvimento posterior do capitalismo uniu de forma tão estreita as diversas partes de nosso planeta, as “civilizadas” e “não civilizadas”, que o problema da revolução socialista adquiriu, completa e definitivamente, um caráter mundial. A burocracia soviética tentou liquidar o *Manifesto* nesta questão fundamental, mas a degeneração bonapartista do Estado soviético é a mortal ilustração do engodo que significa a teoria do “socialismo em um só país”.

11. “A partir do momento em que, no curso do desenvolvimento, as diferenças de classe tenham desaparecido e que toda a produção esteja concentrada nas mãos de indivíduos associados, o poder público perde seu caráter político”. Em outras palavras, o Estado extingue-se. Resta a sociedade liberta de sua camisa-de-força. E é exatamente isso o socialismo. O teorema inverso: o monstruoso crescimento da imposição e violência estatais na URSS demonstra que a sociedade soviética se afasta do socialismo.

12. “Os operários não têm pátria”. Esta frase do *Manifesto* foi freqüentemente considerada pelos filisteus como uma simples fórmula de agitação. Na verdade, ela oferece ao proletariado a única diretriz justa a respeito da “pátria” capitalista. A supressão deste princípio pela II Internacional conduziu não apenas à destruição da Europa durante

quatro anos, mas também à atual estagnação da cultura mundial. Diante da nova guerra que se aproxima, cujo caminho foi aberto pela III Internacional, o *Manifesto* permanece, ainda hoje, o mais seguro conselheiro sobre a questão da “pátria” capitalista.

Vemos, portanto, que esta pequena obra dos dois jovens autores continua a fornecer indicações indispensáveis a respeito das questões mais fundamentais e candentes da luta pela emancipação. Que outro livro poderia, mesmo que de longe, estar à altura do *Manifesto Comunista*? Entretanto, isto não significa, absolutamente, que, após noventa anos de desenvolvimento sem par das forças produtivas e de grandiosas lutas sociais, o *Manifesto* não tenha necessidade de retificações e complementos. O pensamento revolucionário nada tem em comum com a idolatria. Os programas e os prognósticos verificam-se e corrigem-se à luz da experiência, que é para o pensamento humano a suprema instância. O *Manifesto* também requer correções e complementos. Entretanto, mesmo correções e complementos não podem ser aplicados com sucesso se não nos servimos do mesmo método que se encontra à base do *Manifesto*, como, além disso, o prova a própria experiência histórica. Mostraremos isso servindo-nos dos exemplos mais importantes.

1. Marx ensina que nenhuma ordem social deixa a cena antes de ter esgotado suas possibilidades criadoras. O *Manifesto* ataca o capitalismo porque ele bloqueia o desenvolvimento das forças produtivas. Contudo, na sua época e mesmo durante várias décadas seguintes, este entrave possuía apenas um caráter relativo. Se, na segunda metade do Século XIX, tivesse sido possível à economia se organizar sobre fundamentos socialistas, o ritmo de seu crescimento teria sido incomparavelmente mais rápido. Esta tese, teoricamente incontestável, não modifica o fato de que as forças produtivas continuaram a crescer em escala mundial, e sem interrupção, até a Primeira Guerra Mundial. Foi unicamente nos últimos vinte anos que, malgrado as mais modernas conquistas científicas e técnicas, se abriu a época da estagnação completa e da própria decadência da economia mundial. A humanidade começa a gastar seu capital acumulado e a próxima guerra ameaça destruir por longo tempo as próprias bases da civilização. Os autores do *Manifesto* pensavam que o capital seria liquidado muito antes de passar de um regime relativamente reacionário para uma fase absolutamente reacionária. Esta transformação, porém, só se consumou aos olhos da atual geração, fazendo de nosso tempo uma época de guerras, revoluções e fascismo.

2. O erro de Marx e Engels a respeito dos prazos históricos decorria, de um lado, da subestimação das possibilidades posteriores inerentes ao capitalismo e, de outro, da superestimação da maturidade revolucionária do proletariado. A revolução de 1848 não se transformou em revolução socialista, como o *Manifesto* havia previsto, mas criou, para a Alemanha, a possibilidade de um formidável desenvolvimento capitalista. A Comuna de Paris demonstrou que o proletariado não pode arrancar o poder à burguesia sem ter à sua frente um partido revolucionário experiente. Ora, o longo período de desenvolvimento capitalista que se seguiu à Comuna conduziu não à educação de uma vanguarda revolucionária, mas, ao contrário, à degeneração burguesa da burocracia operária que se tornou, por sua vez; o principal obstáculo à vitória da revolução proletária. Esta “dialética” os autores do *Manifesto* não podiam prever.

3. Para o *Manifesto*, o capitalismo é o reino da livre concorrência. Referindo-se à crescente concentração do capital, o texto não tira deste fato a necessária conclusão a respeito dos monopólios, que se transformaram na força dominante do capitalismo em nossa época, premissa mais importante da economia socialista. Foi apenas mais tarde, em *O Capital*, que Marx constatou a tendência para a transformação da livre concorrência em monopólio. A caracterização científica do capitalismo monopolista foi dada por Lênin em seu livro *Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo*.

4. Tomando como base sobretudo o exemplo da “revolução industrial” inglesa, os autores viam de maneira muito unilateral o processo de liquidação das classes médias, com a proletarização completa do artesanato, do pequeno comércio e do campesinato. Na verdade, as forças elementares da concorrência ainda não finalizaram esta obra, ao mesmo tempo progressista e bárbara. O capitalismo arruinou a pequena burguesia bem mais rapidamente do que a proletarizou. Por outro lado, a política consciente do Estado burguês, há muito tempo, visa conservar artificialmente as camadas pequeno-burguesas. No pólo oposto, o crescimento da técnica e a racionalização da grande produção, ao mesmo tempo em que engendram um desemprego crônico, freiam a proletarização da pequena burguesia. Houve um extraordinário aumento do exército de técnicos, administradores, empregados de comércio, em outras palavras, daquilo que é chamado de “novas classes médias”. O resultado de tudo isso é que as classes médias, cujo desaparecimento o *Manifesto* previa de modo tão categórico, constituem, mesmo em um país altamente industria-

lizado como a Alemanha, quase a metade da população. Mas a conservação artificial das camadas pequeno-burguesas, desde há muito caducas, em nada atenua as contradições sociais; torna-as, pelo contrário, particularmente mórbidas. Somando-se ao exército permanente de desempregados, ela é a expressão mais nociva do apodrecimento capitalista.

5. O *Manifesto*, escrito para uma época revolucionária, contém, no final do segundo capítulo, dez reivindicações que respondem ao período da imediata transição do capitalismo ao socialismo. No prefácio de 1872, Marx e Engels mostraram que essas reivindicações se encontravam parcialmente superadas e que, de qualquer modo, não tinham mais que um significado secundário. Os reformistas se apoderaram desta avaliação para interpretá-la no sentido de que, para eles, as palavras-de ordem revolucionárias transitórias davam definitivamente lugar ao “programa mínimo” da social-democracia que, como sabemos, não ultrapassava os limites da democracia burguesa.

Na verdade, os autores do *Manifesto* indicaram de modo preciso a principal correção a ser feita em seu programa transitório: “a classe operária não pode tomar para si a máquina estatal existente e manejá-la para seus próprios fins”. A correção era contra o fetichismo da democracia burguesa. Ao Estado burguês, Marx opôs, mais tarde, o Estado do tipo da Comuna. Este “tipo” tomou, em seguida, a forma muito mais precisa de soviets. Em nossos dias não pode haver programa revolucionário sem soviets e sem poder operário. Quanto ao mais isto é, às dez reivindicações do *Manifesto* que na época da pacífica atividade parlamentar, pareceram “caducar”, é preciso que se diga que recobram, hoje, todo seu verdadeiro significado. Por outro lado, o que caducou inapelavelmente foi o “programa mínimo” social-democrata.

6. Para justificar a esperança de que “a revolução burguesa alemã... será o prelúdio da revolução proletária”, o *Manifesto* cita que as condições gerais da civilização européia de então, assim como do proletariado, eram bem mais desenvolvidas do que na Inglaterra do Século XVII ou na França do Século XVIII. O erro deste prognóstico não está apenas na questão do prazo. Alguns meses mais tarde, a Revolução de 1848 mostrou que, precisamente em presença de condições mais avançadas, nenhuma das classes burguesas é capaz de levar a revolução até o fim: a grande e a média burguesia estão muito ligadas aos proprietários fundiários e limitadas pelo medo das massas; a pequena burguesia está muito dispersa e seus dirigentes muito dependentes da grande burguesia.

Como demonstrou a posterior evolução dos acontecimentos na Europa e na Ásia, a revolução burguesa, em si mesma, não mais pode realizar-se. A purificação da sociedade dos males feudais só é possível se o proletariado, liberto das influências dos partidos burgueses, for capaz de se colocar à frente do campesinato e estabelecer sua ditadura revolucionária. Em função disso, a revolução burguesa mescla-se com a primeira fase da revolução socialista para, nesta, dissolver-se em seguida. A revolução nacional torna-se, assim, apenas um elo da revolução proletária internacional. A transformação dos fundamentos econômicos e de todas as relações sociais adquire um caráter permanente.

Para os partidos revolucionários dos países atrasados da Ásia, América Latina e África, a compreensão clara da relação orgânica entre a revolução democrática e a revolução socialista internacional é uma questão de vida ou morte.

7. Mostrando como o capitalismo arrebanha em seu turbilhão os países atrasados e bárbaros, o *Manifesto* nada diz a respeito da luta dos povos coloniais e semicoloniais pela sua independência. À medida que Marx e Engels pensavam que a vitória da revolução socialista, “nos países civilizados pelo menos”, era uma questão a ser resolvida nos anos seguintes, o problema das colônias seria resolvido igualmente não como o resultado de um movimento autônomo dos povos oprimidos, mas, simplesmente, como a consequência da vitória do proletariado nas metrópoles capitalistas. Esta é a razão pela qual as questões da estratégia revolucionária nos países coloniais e semicoloniais nem mesmo estão esboçadas no *Manifesto*. Mas elas exigem soluções particulares. Desta forma, é evidente que se a “pátria nacional” se tornou o pior obstáculo à revolução proletária nos países capitalistas avançados, mantém-se ainda como um fator relativamente progressista nos países atrasados que são obrigados a lutar por sua existência nacional independente.

“Os comunistas”, declara o *Manifesto*, “apóiam, em todos os países, qualquer movimento revolucionário contra a ordem social e política existente”. O movimento das raças de cor contra os opressores imperialistas é um dos mais poderosos e importantes movimentos contra a ordem social existente e é esta a razão pela qual necessita do total apoio, indiscutível e sem reticências, do proletariado de raça branca. O mérito de ter desenvolvido a estratégia revolucionária dos povos oprimidos é, sobretudo, de Lênin.

8. O trecho que mais envelheceu no *Manifesto* - não quanto a seu método, mas quanto a seus objetivos - é a crítica da literatura “socialista” da primeira metade do Século XIX (Capítulo 3) e a definição da posição dos comunistas em relação aos diversos partidos de oposição (Capítulo 4). As tendências e os partidos enumerados pelo texto foram varridos tão radicalmente pela revolução de 1848, ou pela contra-revolução que se seguiu, que a História já não os menciona sequer. Entretanto, mesmo com respeito a este trecho, o *Manifesto* encontra-se mais próximo de nós do que o estava em relação à geração anterior. Na época de prosperidade da II Internacional, quando o marxismo parecia reinar absoluto no movimento operário, as idéias do socialismo anteriores a Marx podiam ser consideradas como definitivamente ultrapassadas. Hoje isso já não é mais verdade. A decadência da social-democracia e da Internacional Comunista provoca, a cada passo, monstruosas recaídas ideológicas. O pensamento senil recai, por assim dizer, na infância. À procura de fórmulas salvadoras, os profetas da época de declínio geral do capitalismo redescobrem doutrinas há muito enterradas pelo socialismo científico.

No que diz respeito ao problema dos partidos de oposição, as décadas que nos separam do *Manifesto* provocaram as mais profundas mudanças: não apenas os velhos partidos foram há muito substituídos por novos, como também o próprio caráter dos partidos e de suas mútuas relações modificou-se radicalmente sob as condições da época imperialista. O *Manifesto*, portanto, deve ser complementado pelos documentos dos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista, pela literatura fundamental do bolchevismo e pelas decisões das conferências do movimento pela IV Internacional.

Lembramos acima que, segundo Marx, nenhuma ordem social deixa a cena da História antes de haver esgotado todas as suas possibilidades. Entretanto, uma ordem social, mesmo já tendo caducado, não cede seu lugar sem opor resistência a uma nova ordem. A sucessão dos regimes sociais supõe a mais áspera luta de classes, isto é a revolução. Se o proletariado, por uma razão ou outra, se mostra incapaz de derrubar a ordem burguesa que sobrevive, só resta ao capital financeiro, em luta para manter seu domínio abalado, transformar a pequena burguesia, por ele levada ao desespero e à desmoralização, no exército de terror do fascismo. A degeneração burguesa da social-democracia e a degeneração fascista da pequena burguesia estão entrelaçadas como causa e efeito.

Em nossos dias, a III Internacional leva a cabo, em todos os países, com uma obscuridade ainda maior, a obra de engodo e desmoralização dos trabalhadores. Massacrando a vanguarda do proletariado espanhol, os mercenários sem escrúpulos de Moscou não apenas abrem caminho para o fascismo, como também realizam uma boa parte de seu trabalho. A longa crise da revolução internacional, que cada vez mais se transforma em crise da cultura humana, reduz-se, no fundo, à crise da direção revolucionária do proletariado.

Como herdeira da grande tradição, da qual o *Manifesto Comunista* é o mais precioso elo, a IV Internacional educa novos quadros para resolver antigas tarefas. A teoria nada mais é do que a realidade generalizada. Em uma atitude honesta com respeito à teoria revolucionária se expressa a apaixonada vontade de reconstruir a realidade social. O fato de que ao sul do continente negro nossos camaradas de idéias traduziram pela primeira vez o *Manifesto* é uma evidente confirmação de que, em nossos dias, o pensamento marxista só está vivo sob a bandeira da IV Internacional. O futuro pertence-lhe. Quando se comemorar o centenário do *Manifesto Comunista*, a IV Internacional será a força revolucionária determinante em nosso planeta.

Leon Trotsky,

Coyoacán, 30 de outubro de 1937